

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**MERCOSUL -
A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL E DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária da disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Alex Becker Dorneles

Orientador: Prof. Osvaldo Goeldner Moritz

Área de Pesquisa: Economia Internacional

Palavras Chaves: 1 – Globalização
2 – Blocos Econômicos
3 – Mercosul

Florianópolis
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota ____ ao aluno Alex Becker Dorneles na disciplina CNM420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Osvaldo Goeldner Moritz
Orientador



Prof. Lisandro Fin Nishi
Membro



Profa. Maria de Lourdes Pereira Dias
Membro

Florianópolis,
2004.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Osvaldo Moritz, pela orientação ao longo deste trabalho. Meu agradecimento em especial é para os meus pais, Jaime Dorneles e Noemi Maria Becker Dorneles. Somente após muitos anos de estudos é que posso compreender o motivo pelo qual meus pais me cobraram tanto. Hoje não tenho palavras suficientes para expressar o meu agradecimento, mas agradeço por tudo o que fizeram e posso dizer com toda segurança que valeu à pena.

Para minha namorada Priscila, que me acompanha desde o meu ingresso na universidade, nos momentos felizes e nos mais difíceis. Obrigado por tudo.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
RESUMO.....	ix
I – INTRODUÇÃO.....	10
1.1 – Especificação do problema.....	11
1.2 – Objetivos.....	11
1.2.1 – Geral.....	11
1.2.2 – Específicos.....	11
1.3 – Metodologia.....	12
1.4 – Área de abrangência.....	12
II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 – Fundamentos do Comércio Internacional.....	13
2.2 - Elementos Limitadores do Comércio Exterior.....	17
2.3 - Tratados e Acordos Internacionais de Comércio.....	19
2.4 - Histórico e Evolução da Organização Mundial do Comércio.....	21
III – A GLOBALIZAÇÃO.....	23
3.1 - A Economia Mundial e a Globalização.....	23
3.2 - Origem Histórica.....	25
3.3 - Contrastes da Globalização.....	29
3.4 - Argumentos Contrários ao Livre Comércio.....	30
3.5 - O Brasil e o Comércio Internacional.....	31
IV - A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS.....	34
4.1 - Regionalização do Comércio Mundial.....	34

4.2 - Formas de Integração Regional.....	34
4.3 - Os Blocos Econômicos.....	37
4.4 - Os Principais Blocos Econômicos do Planeta.....	37
4.5 - Outros Blocos Econômicos e Grupos de Países.....	55
V – O MERCOSUL E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL.....	60
5.1 - Antecedentes do Mercosul.....	60
5.2 – Países Integrantes.....	61
5.3 - A Questão Chile e Bolívia.....	67
5.4 - Sistemas cambiais.....	68
5.5 - O Mercosul.....	69
5.6 - Objetivos do Mercosul.....	72
5.7 - A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.....	72
5.7.1 – Histórico.....	74
5.7.2 – Atribuições.....	75
5.8 - O Brasil e o Mercosul.....	79
VI – O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MERCOSUL.....	86
6.1 – Um Breve Histórico da Economia Catarinense.....	86
6.2 – O Setor Industrial de Santa Catarina.....	88
6.3 - Santa Catarina e o Comércio Internacional.....	90
6.4 - Santa Catarina e o Mercosul.....	98
VII – CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Evolução das Exportações Mundiais - 1950 a 2003.....	14
Figura 02 - O Mapa Mundi.....	23
Figura 03 - Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais de 1950 a 2002.....	31
Figura 04 - Balança Comercial Brasileira - 1950 a 2003 - US\$ bilhões FOB.....	33
Figura 05 - O CAN e o MERCOSUL.....	46
Figura 06 - O Mercosul.....	61
Figura 07 - Participação (%) do Mercosul na Balança Comercial Brasileira(Exportações em 2002).....	85
Figura 08 - Participação (%) do Mercosul na Balança Comercial Brasileira (Importações em 2002).....	85
Figura 09 - Complexos industriais do Estado de Santa Catarina.....	89
Figura 10 - Participação dos estados exportadores no total exportado pelo Brasil em 2000.....	90
Figura 11 - Balança comercial catarinense.....	91
Figura 12 - Porte das Empresas Exportadoras em 2001.....	94
Figura 13 - Ramos De Atividades Da Exportação Em 2001.....	95
Figura 14 - Países de Destino das Exportações Catarinenses em 2000.....	95
Figura 15 - Perspectivas Em Relação Às Exportações feitas no ano de 2001.....	96
Figura 16 - Variação anual da Balança comercial Santa Catarina- Mercosul 1992 a 2001.....	101
Figura 17 - Variação anual das Exportações de Santa Catarina para o Mercosul de 1992 a 2001.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Evolução Do Comércio Exterior Brasileiro - 1950 a 2004 (Janeiro/Abril).....	32
Tabela 02 - Países com Maior Crescimento na Participação no Comércio Internacional (1985 – 2000).....	36
Tabela 03 - Principais indicadores macroeconômicos – Argentina.....	62
Tabela 04 - Principais indicadores macroeconômicos – Bolívia.....	63
Tabela 05 - Principais indicadores macroeconômicos – Brasil.....	64
Tabela 06 - Principais indicadores macroeconômicos – Chile.....	65
Tabela 07 - Principais indicadores macroeconômicos – Paraguai.....	66
Tabela 08 - Principais indicadores macroeconômicos – Uruguai.....	67
Tabela 09 - Tabela Comparativa do Mercosul.....	79
Tabela 10 - Intercâmbio Comercial brasileiro com o Mercosul.....	80
Tabela 11 - Balança Comercial Brasileira para o Mercosul.....	81
Tabela 12 - Intercâmbio Comercial Brasileiro com os Países do Mercosul - Em US\$ Milhões Fob.....	83
Tabela 13 - Participação Comercial - Brasil/Mercosul - Porcentagem	84
Tabela 14 - Total: Intercâmbio Comercial Brasil - Mercosul - Em US\$ Milhões Fob.....	84
Tabela 15 - Participação (%) do Mercosul na Balança Comercial Brasileira:.....	84
Tabela 16 - Balança Comercial Catarinense (US\$ mil FOB) 1991 – 2001.....	91
Tabela 17 - Os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina de Janeiro a Dezembro de 2001.....	92
Tabela 18 - Os 10 principais países de destino das exportações catarinenses de janeiro a dezembro de 2001.....	93
Tabela 19 - Os 10 produtos mais importados por Santa Catarina de janeiro a dezembro de 2001.....	93

Tabela 20 - Os 10 principais países de quem Santa Catarina importou de janeiro a dezembro 2001.....	94
Tabela 21 - Os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina de janeiro a março de 2004.....	96
Tabela 22 - Os 10 principais países para quem Santa Catarina exportou de janeiro a março de 2004.....	97
Tabela 23 – Exportações brasileiras e catarinenses em fevereiro e março de 2004 e março de 2003.....	97
Tabela 24 – Exportações brasileiras e catarinenses de jan-mar/2004 e jan-mar/2003.....	98
Tabela 25 - Balança Comercial Santa Catarina-Mercosul. 1992 a 2001.....	100
Tabela 26 - Os 5 produtos mais exportados por Santa Catarina para a Argentina em 2001.....	102
Tabela 27 - Os 05 produtos mais exportados por Santa Catarina para o Uruguai.....	102
Tabela 28 - Os 5 produtos mais exportados por Santa Catarina para o Paraguai.....	102
Tabela 29 - Os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina para o Mercosul em 2001.....	103

RESUMO

O primeiro capítulo consiste na contextualização do objetivo geral, nos objetivos específicos, na metodologia e área de abrangência. No capítulo 2 será feita a fundamentação teórica com os fundamentos do comércio internacional. O capítulo 3 será feito um comentário sobre a globalização abrangendo até a participação do Brasil no comércio internacional. O capítulo 4 é dedicado aos blocos econômicos. Em seguida o capítulo 5 comentar sobre o Mercosul e a participação do Brasil. No capítulo 6 será abordado a participação do Estado de Santa Catarina no comércio internacional de uma maneira geral e a participação no Mercosul. Finalizando este trabalho, no capítulo 7 uma conclusão sobre o trabalho realizado.

I – INTRODUÇÃO

As mudanças no cenário internacional têm ocorrido de forma cada vez mais rápida. Disputas por mercados, concorrência acirrada, complexidade dos sistemas, dentre outros fatores, têm levado os países a considerarem uma nova ordem mundial, que tem como características principais a competição comercial entre empresas e a formação de grandes blocos econômicos.

(...) o estudo da economia internacional nunca foi tão importante quanto o é atualmente. Pelo comércio internacional de bens e serviços, e via fluxos monetários internacionais, as economias dos diferentes países estão mais inter-relacionadas do que jamais estiveram anteriormente. Ao mesmo tempo a economia internacional está mais turbulenta do que há muitas décadas. Acompanhar o movimento do ambiente internacional tornou-se uma atitude central tanto da estratégia econômica como da política econômica nacional, (Krugman, 2001, p. 1).

O processo de integração representa um novo fator de alinhamento do mundo moderno, fruto do rápido crescimento estabelecido pela globalização da produção e do sistema financeiro, com ganhos no desenvolvimento de mercados e na dimensão dos negócios.

Para o Brasil, o Mercosul é o grande foco de atenções, seja pelo o que ele representou ao recente comércio exterior brasileiro, seja pelo atual momento vivenciado, principalmente em virtude da crise recente no mercado Argentino.

Dentro desse contexto, ressalta-se a importância do Estado de Santa Catarina, que possui infra-estrutura adequada e uma série de fatores que incentivam a instalação de novos empreendimentos, além de grande potencial para crescimento, com vários centros de pesquisa tecnológica, que estão envolvidos no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos, elevando-o a um dos principais estados exportadores do Brasil.

Devido a sua proximidade geográfica com os países membros do Mercosul, muitas empresas exportadoras catarinenses mantém uma estreita relação com importadores na Argentina, Uruguai e Paraguai.

A análise do presente trabalho será direcionada ao comércio exterior de Santa Catarina com o Mercosul, uma vez que o estado está cada vez mais empenhado em ampliar as transações comerciais.

1.1 - Especificação do Problema

Mostrar a origem e o desenvolvimento do Mercosul. Mostrar como a abertura econômica dos mercados da Argentina, Paraguai e Uruguai, incrementaram expressivamente as exportações do Brasil e do Estado de Santa Catarina. Mostrar como Santa Catarina tem mantido posição privilegiada de superávit na sua balança comercial ao longo dos anos, sendo sempre destaque no ranking de estados exportadores brasileiros. Constatar os principais produtos exportados pelo Estado de Santa Catarina para o Mercosul.

1.2 - Objetivos

1.2.1 - Geral

Mostrar a participação do Brasil e do Estado de Santa Catarina no Mercosul e no comércio mundial. Analisar as perspectivas de evolução do setor exportador catarinense para o Mercosul, identificando os entraves de ordem econômica, atualmente existente nos países integrantes deste bloco econômico. A análise será direcionada ao comércio exterior de Santa Catarina de 2000 a 2004, com ênfase especial nas perspectivas das empresas exportadoras quanto ao futuro do Mercosul, uma vez que o Estado está cada vez mais empenhado em ampliar as transações comerciais.

1.2.2 - Específicos

- a) Expor os fundamentos do comércio internacional.
- b) Caracterizar a evolução histórica da globalização.
- c) Descrever a estrutura institucional e a evolução recente do Mercosul
- d) Explanar sobre o atual estágio de integração do Mercosul.
- e) Identificar a pauta dos principais produtos catarinenses exportados para o Mercosul.

1.3. Metodologia

Os dados que serão utilizados nesta monografia contemplarão parâmetros e análises levantados na literatura sobre o tema. A pesquisa em questão caracteriza-se como um estudo de caso. A coleta de dados será através de fontes secundárias. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. O método abordado foi o histórico-descritivo. É a mais apropriada para os primeiros estágios da investigação, já que o conhecimento e a compreensão do fenômeno são poucos ou inexistentes. É muito útil quando se tem uma vaga noção sobre o problema de pesquisa. Proceder-se-á com uma abordagem qualitativa porque foi considerada mais apropriada para a avaliação formativa, principalmente tratando-se de assunto ainda não concluído. Neste caso as perspectivas de evolução do Mercosul. A pesquisa bibliográfica é muito útil através de leituras eficientes que ajudam a encontrar as informações requeridas, como também através de leitura analítica, não só porque facilita a compreensão do texto, mas também porque facilita a compreensão e o processo de redação do projeto.

1.4 - Área de Abrangência

O comércio internacional do Brasil de 1950 a 2004, e com o Mercosul, de 1991 a 2004, o comércio internacional do Estado de Santa Catarina e com o Mercosul de 1992 a 2004.

A coleta de dados ocorrerá através de dados secundários: relatórios, boletins e livros publicados sobre o tema da pesquisa.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – Fundamentos do Comércio Internacional

Existem alguns instrumentais teóricos específicos que constituem a Teoria do Comércio Internacional, cujos objetivos são exatamente a explicação de por que os países comercializam entre si, por que alguns países produzem alguns bens enquanto outros países produzem outros, por que existem barreiras ao comércio, etc.

Os motivos fundamentais para a importância do comércio internacional deveriam estar claros, agora. Podem ser obtidos no exterior bens que não podem ser produzidos no país. Finalmente, mesmo bens que poderiam ser produzidos internamente podem ser obtidos a custos mais baixos em outros países. Em resumo, o comércio internacional permite que um número maior de pessoas possa viver, possa desfrutar de maior variedade de gostos e gozar um padrão de vida superior ao que seria possível na ausência de comércio internacional, (Ellsworth, 1974, p. 17).

Basicamente, dois países comercializam entre si quando detectam vantagens comparativas ou competitivas neste comércio.

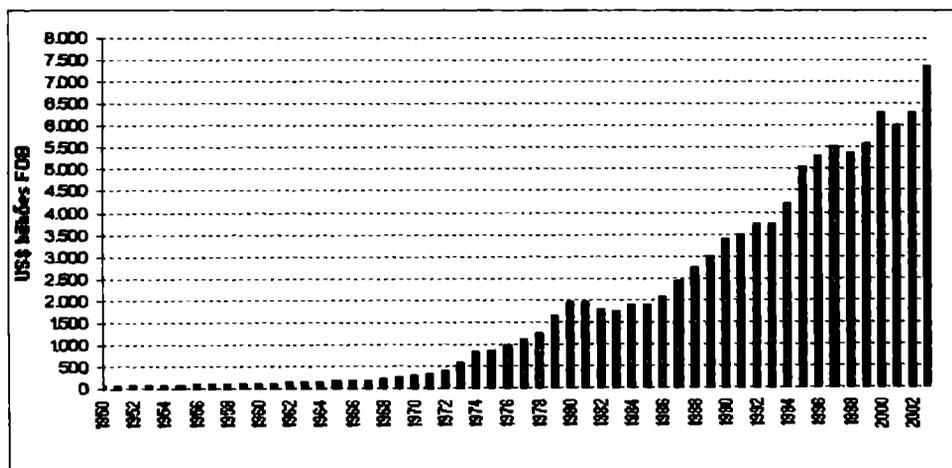
Sempre que houver vantagens absolutas ou comparativas na produção de bens diferentes entre dois diferentes países, ambos poderão ser beneficiados através da especialização e das trocas. Se cada um se especializar na produção do bem em relação ao qual possui vantagens absolutas ou comparativas, a produção e a renda poderão atingir níveis mais altos, comparativamente a uma situação em que não se verificar a especialização nem se realizarem as trocas, (Rossetti, 1991, p.767).

O estudo da economia internacional faz-se oportuno porque países de todas as partes do mundo estão cada vez mais interdependentes economicamente. A economia internacional pode mostrar de que forma os sistemas de preços de diferentes países interagem para afetar a alocação de recursos e a distribuição da renda, ao passo que, do ponto de vista macroeconômico, ela pode se ocupar das formas pelas quais as importações, exportações e investimentos entre nações afetam a renda, o emprego e o crescimento econômico.

O comércio internacional provoca esse crescimento na produção mundial porque permite a cada país especializar-se na produção do bem no qual apresenta vantagens comparativas. Um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países, (Krugman, 2001, p. 15).

Um país dificilmente é capaz de manter o mesmo nível de crescimento e qualidade que outro que utilize o comércio internacional. Assim sendo, este país pode se especializar, isto é, concentrar-se nas coisas que faz melhor, trocando seus excedentes por outros bens que necessite.

Figura 01 - Evolução das Exportações Mundiais - 1950 a 2003



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, (2004) disponível em www.mre.gov.br

Expõe Rossetti (1991), que as trocas de bens e serviços e de fatores de produção, bem como a intermediação de recursos financeiros não se processa apenas no interior das economias, mas que elas tendem a se realizar também a nível internacional, devido às muitas vantagens decorrentes da divisão do trabalho e da especialização entre nações. A realidade coloca-nos diante de economias abertas, voltadas para o setor externo. O autor ainda coloca que muitas nações nem mesmo conseguiriam sobreviver se dependessem exclusivamente de sua própria capacidade produtiva, uma vez que isoladamente, os países dificilmente conseguem atingir os mesmos níveis globais de eficiência e crescimento a que têm acesso através de sua participação.

A decorrência de fatores diversos, segundo Ratti (1997), dentre os quais podem ser destacados: a desigualdade na distribuição geográfica dos recursos naturais, as diferenças de clima e de solo e as diferenças técnicas de produção. Algumas regiões ou países são possuidores de recursos naturais enquanto não são encontrados em outros. Estes fatores de ordem natural fazem com que alguns países tenham possibilidade de produzir determinados artigos, enquanto outros não o podem. Exemplo marcante é a cana-de-açúcar e o café, que podem ser produzidos

em larga escala em algumas regiões do Brasil; o trigo floresce em países como a Rússia, ou a Argentina, mas é muito difícil obtê-lo em climas quentes, como os de várias regiões da África.

Para Rossetti (1991), a influência combinada dos quatro fatores básicos que motivam a divisão internacional do trabalho, a especialização e as trocas, ou seja, a influência das reservas naturais, do solo e do clima, do capital e do trabalho e a do estágio tecnológico, tem contribuído, persistentemente, para a internacionalização dos processos econômicos e para o gradativo aumento das taxas de dependências de cada país em relação ao resto do mundo. Essas taxas variam enormemente de país para país, não só em decorrência de suas diferentes proporções naturais à especialização, como ainda em função da disponibilidade e tipologia de suas reservas naturais. No entanto, dentre as vantagens mais significativas nas redes internacionais de trocas, estão as relacionadas à criação de condições para promoção do crescimento econômico interno e ao aumento da eficiência na alocação de recursos, que decorre de três razões principais: a expansão do mercado; a exposição do produto interno à concorrência internacional; e a eliminação de possíveis restrições monopolistas sobre o volume da produção.

Para entender como se medem as vantagens comparativas e competitivas entre duas nações, é preciso anteriormente conhecer alguns conceitos fundamentais nos mecanismos do comércio internacional. Tais indicadores relevantes, relacionados aos agregados do produto, da renda e do dispêndio, são o balanço de pagamento e as taxas de câmbio.

Um bom indicador do grau de interdependência de um país com o resto do mundo, pode ser apresentado pelo volume e valor de seu comércio exterior, significa dizer o que suas importações e exportações de bens e serviços representam relativamente ao seu Produto Interno Bruto (PIB).

O balanço de pagamentos é o registro de transações que envolvem recebimentos ou pagamentos em relação ao estrangeiro e registra também transações que não têm origem de pagamento ou recebimento, que são os donativos sobre forma de mercadorias. De acordo com Ward (1965) apud Ratti (1997, p. 184), *É uma sistemática contabilização das transações econômicas de uma nação com o restante do mundo, durante um determinado período de tempo.*

O principal objetivo do balanço de pagamentos internacional seria manter as autoridades devidamente informadas a respeito de sua posição internacional devedora, auxiliando assim em suas tomadas de decisões tanto nas áreas de política monetária e fiscal, como transações

comerciais e outras. Os balanços de pagamento são geralmente estruturados segundo os padrões do Fundo Monetário Internacional. Porém afirma ainda o autor que existem variações nos métodos utilizados para fazer a análise do balanço de pagamento de um país para outro, embora o FMI venha mostrando esforço para obter métodos uniformes.

O registro de transações de um país com o resto do mundo é denominado balanço de pagamentos. A explicação do balanço de pagamentos, e o diagnóstico do seu significado, é o tema principal da economia internacional, (Krugman, 2001, p. 6).

A estrutura de um balanço de pagamentos pode ser distribuídas da seguinte forma:

Transações Correntes: (Balanço de comércio), registra o movimento de exportações e importações de mercadorias, (Balanço de serviços) registra despesas dos principais serviços internacionais, relacionados a viagens, transportes, seguros, renda de capitais e atividades governamentais.

Transferências Unilaterais: em que se contabilizam as transferências, dentro das quais se enquadram, por exemplo, os donativos remetidos e recebidos.

Movimentação de Capitais: (Balanço de Capitais), a longo prazo: Investimentos e reinvestimentos, empréstimos e financiamentos, amortizações, a curto prazo: variações em haveres, variações em obrigações. (Movimento de Ouro Monetário).

O balanço de pagamentos de um país pode ser superavitário ou deficitário, sendo que estes desequilíbrios podem ser de duas naturezas: conjunturais ou estruturais. Segundo Rossetti (1991), os desequilíbrios conjunturais resultam de flutuações associadas ao nível de desempenho das atividades econômicas internas ou externas. No caso do Brasil é bastante deficitária, devido aos pagamentos de juros relativos a nossa dívida externa. Já os desequilíbrios estruturais têm origem refletida na própria formação histórica da economia do país, sua disponibilidade de recursos, seu estágio de desenvolvimento e seus padrões operacionais.

De acordo com Krugman (2001), as taxas de câmbio têm papel fundamental no comércio internacional, através dela, podemos comparar os preços dos bens e serviços produzidos em países diferentes.

Observe que uma taxa de câmbio pode ser cotada de duas maneiras: com o preço da moeda em termos de dólar (por exemplo, US\$ 0,009198 por iene) ou como o preço do dólar em termos da moeda estrangeira (por exemplo, Y 108,72 por dólar). (Krugman, 2001, p. 340)

A primeira dessas cotações é chamada de termos diretos, a segunda de termos indiretos. Segundo Krugman (2001), os indivíduos e empresas usam as taxas de câmbio para traduzir os preços estrangeiros em termos da moeda doméstica.

Um dos principais motivos, de acordo com Ratti (1997), para manutenção de um sistema de controle de câmbio seria obter o equilíbrio do balanço de pagamentos. O controle de câmbio compreende várias medidas, no sentido de restringir as importações ao nível das exportações, limitar os gastos com serviços estrangeiros, viagens internacionais etc., e limitar os movimentos de capitais para o exterior.

Segundo Krugman (2001), as mudanças nas taxas de câmbio são caracterizadas como depreciações e apreciações. Uma depreciação da moeda corrente de um determinado país, torna os seus bens mais baratos para os estrangeiros. Uma apreciação da moeda corrente de um determinado país, torna os seus bens mais caros para os estrangeiros.

Assim como os outros preços da economia são determinados pela interação dos compradores e dos vendedores, as taxas de câmbio são determinadas pela interação dos indivíduos, empresas e instituições financeiras que compram e vendem moedas estrangeiras para fazer pagamentos internacionais. O mercado no qual as trocas de moeda internacional ocorrem é denominado Mercado de Câmbio, (Krugman, 2001, p. 343).

2.2 - Elementos Limitadores do Comércio Exterior

Observa-se que o comércio internacional é necessário porque praticamente nenhum país dispõe de todos os recursos naturais para seu sustento. Apesar disso, essa atividade defronta com uma série de barreiras, e precisa ser meticulosamente planejada. O desenvolvimento de qualquer atividade exige disciplina de usos e costumes, a qual deve ser racional e aceita pelas partes envolvidas.

Desde a antiguidade já existiam regras para o comércio local, as quais evoluíram para o comércio entre localidades e depois generalizando-se para toda a nação.

Os usos, os costumes e as tradições sempre representaram as bases do comércio internacional; estas bases foram consolidadas através dos tratados e das convenções internacionais que são conhecidas como atos jurídicos reguladores de interesses harmônicos e recíprocos, representando os desejos de países soberanos, (Labatut, 1994, p. 98).

A legislação de cada país não tem força jurídica fora de suas fronteiras, porém pode influenciar na forma de regras internacionais, no caso de outros países encontrarem nela princípios justos e equitativos. A disciplina e a evolução do comércio externo dos diferentes países advém do uso e obediência a normas e regras comerciais aceitas pelos diferentes países através de convenções internacionais, como os Termos Internacionais de Comércio, (INCOTERMS).

Os Incoterms formam um conjunto de regras internacionais, de vital importância no comércio exterior, que visam eliminar qualquer mal-entendido que possa existir, disputas, litígios entre as partes envolvidas em um contrato de exportação e importação. Por meio de suas siglas é que são indicadas as obrigações e os direitos das partes envolvidas em compra e venda no comércio exterior.

O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, (GATT) criado para o intercâmbio dos países desenvolvidos, adota fundamentalmente o princípio do status que na prática do comércio internacional, se dá através de “regra de igualdade”. Em 1971, abriu-se uma exceção à *regra da igualdade*, com o conhecido Sistema Geral de Preferências (SGP). A partir desta data os países desenvolvidos admitiram acordar margens tarifárias preferenciais aos países em desenvolvimento, isentando-os da reciprocidade.

A tendência protecionista tem acompanhado o próprio desenvolvimento das relações comerciais entre os países, tanto na tarifagem como na grande variedade de disfarces, conhecidas como *barreiras não-tarifárias*.

Com a progressiva redução das tarifas aduaneiras, resultados das negociações do GATT, as barreiras não tarifárias, se transformaram no mais sério e resistente obstáculo para se colocar um produto em determinado mercado. Segundo Labatut (1994), a partir de 1967 estas barreiras começaram a ser notificadas e estão classificadas em cinco grandes grupos:

- ✓ intervenção governamental no comércio;
- ✓ trâmites aduaneiros e de admissão de mercadorias;
- ✓ regras aplicáveis aos artigos importados e aos nacionais;
- ✓ limitações específicas das importações e exportações
- ✓ restrições das importações e exportações através do mecanismo de preços.

Devido ao grande número de barreiras não-tarifárias, o GATT encontrou muitas dificuldades para aplicar as regras, principalmente quando se trata de países menos favorecidos.

Barreiras comerciais é o termo designado ao conjunto de dificuldades ou obstáculos encontrados nas operações de exportações.

Os instrumentos de política comercial que os países utilizam para proteger sua economia, mediante a restrição das importações, podem influir sobre os preços dos produtos importados (através dos direitos aduaneiros e demais gravames, taxas e impostos de importação) ou sobre a quantidade das mercadorias importadas (restrições quantitativas da importação: contingentes ou licença de importação). Pode-se ainda, regular o fluxo das importações e exportações atuando-se sobre o controle de divisas, fazendo cumprir os regulamentos técnicos (sanitários, de etiquetas, marcas, vasilhame, etc.) e as formalidades administrativas (certificado de origem, vistos consulares, etc.). (Labatut, 1994, p. 100)

As barreiras comerciais dividem-se em barreiras comerciais aduaneiras e não aduaneiras. Barreiras Aduaneiras; compreendem-se como fonte de ingressos dos Estados ou com a finalidade protecionista e/ou de salvaguarda do balanço de pagamentos. Podemos citar como barreiras aduaneiras os direitos anti-dumping, direitos compensatórios, exações variáveis sobre a importação, direitos compensatórios sobre os produtos agropecuários, recargos temporários à importação, impostos compensadores da importação e depósito prévio à importação. Barreiras Não-Aduaneiras; também conhecidas como barreiras técnicas ao comércio internacional, podem ser aplicadas tanto à exportação como à importação. Dependem da estratégia de cada país. Exemplos são a exigência de certificação, controle de qualidade e outros procedimentos capazes de elevar a qualidade da produção e proteger o consumidor e o meio ambiente de cada país.

2.3 - Tratados e Acordos Internacionais de Comércio

Tratados comerciais são convenções celebradas entre nações, vigorando por um certo período, com objetivos de nortear as relações comerciais entre elas. Podemos distinguir os tratados em dois tipos: o bilateral, quando abrange apenas duas nações e o multilateral, quando suas disposições estendem-se a vários países. Esses tratados normalmente contém uma série de cláusulas abordando uma infinidade de aspectos, como: direitos e obrigações, proteção de marcas e patentes, tributação interna sobre os produtos importados, etc. Entre as várias cláusulas contidas nos tratados, quatro delas merecem destaque: a) de paridade, b) de reciprocidade, c) de salvaguarda, d) de nação menos favorecida. A de paridade institui que produtos originários de

determinado país contratante terão, em território de outro país contratante, no que se refere a impostos, taxas e outros gravames internos, tratamentos iguais ao aplicado a produtos similares nacionais. A de reciprocidade de tratamento estabelece que vantagens e redução nos direitos aduaneiros serão concedidas somente aos signatários do tratado. A de Salvaguarda prevê que os países signatários podem aplicar restrições à importação dos produtos negociados, sempre que possam causar prejuízos, a determinado setor produtivo nacional, e normalmente tem validade por um ano. A de nação mais favorecida é a mais importante e também mais utilizada, estabelecendo que cada um dos países signatários se compromete a estender ao outro todo favor, privilégios ou baixa de direitos que cada um deles venha a conceder a um terceiro país.

A elaboração e a promulgação de um tratado comercial obedecem a três fases: a) discussões entre os peritos dos respectivos países, compreendendo, inclusive, o levantamento das situações econômicas nacionais, as respectivas políticas financeiros e tarifárias, a possibilidade de trocas recíprocas de produtos.; b) redação final do tratado; c) encaminhamento aos poderes competentes para aprovação, (Ratti, 1997, p. 342).

Os tratados são bastante amplos e complexos, enquanto que os acordos são mais simples e limita-se aos aspectos relacionados aos produtos, quantidades, e valores a serem transacionados entre os países. No entanto, os acordos estão listados e não fazem parte de um compromisso de compra e venda; apenas se comprometem a facilitar a compra e venda até os limites determinados. Outro aspecto que distingue os tratados dos acordos comerciais é que os tratados vigoram por um prazo longo e indeterminado e os acordos comerciais, por sua vez, tem prazo certo e podem ser rescindidos, deste que avisado com certa antecedência, normalmente de três ou seis meses. Os acordos comerciais também podem ser mistos, recebendo o nome de *Acordo Comercial e de Pagamento*, pois além de disposições a respeito do produto, também regulamentam a forma de pagamento pela qual serão liquidadas as transações comerciais.

Como exemplo de tratado podemos citar o Tratado de Roma, que deu origem a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, (CECA), que foi o embrião do Mercado Comum Europeu. Este Tratado previa que os países que compunham o bloco (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Itália e França) substituíssem as rivalidades históricas por uma fusão de interesses essenciais.

Como exemplo de Acordo, cita-se o que entrou em vigor no Mercosul no segundo semestre de 1999, onde ficou estabelecido uma cota de exportação de calçados do Brasil para a Argentina.

2.4 - Histórico e Evolução da Organização Mundial do Comércio

Após a Segunda Guerra Mundial, com o seu elevado grau de destruição, as elites dos países capitalistas centrais se convenceram de que deveriam criar mecanismos institucionais para evitar a repetição de semelhantes desastres globais. Foi dentro deste contexto que surgiram as instituições do acordo de Bretton Woods, que perduram até hoje; o Banco Mundial, (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além destas organizações, propôs-se, à época, a criação de um terceiro organismo internacional para ser encarregado de ordenar as relações comerciais entre os estados nacionais, juntamente com o FMI e o BIRD, surgindo então o GATT –General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio).

O terceiro pilar da Nova Ordem econômica internacional seria a criação de uma instituição voltada diretamente para a construção de um sistema de comércio mundial regido por regras universais. Desta forma, em 1948 através da assinatura da Carta de Havana foi criada a Organização Internacional do Comércio (OIC). Apesar dos estatutos terem sido aprovados na ocasião e desta ter sido uma proposta do governo dos Estados Unidos da América, o congresso americano não aprovou devido a dispositivos considerados de natureza intervencionista não ratificados na Carta de Havana, o que inviabilizou totalmente a OIC.

A não concretização da OIC fez reviver um acordo provisório de comércio que havia sido elaborado em Genebra em 1947, por iniciativa também dos Estados Unidos da América. Vinte e três países se reuniram a fim de iniciarem negociações tarifárias. Essas negociações deram origem ao GATT. Este não era uma organização de comércio, mas apenas um acordo, com diversos artigos, que funcionava em Genebra, num prédio cedido pela prefeitura local, atuando através de Comissões e Juntas de Julgamento, constituídas por especialistas (diplomatas) representantes de diversos países. Periodicamente, o GATT promovia encontros Multilaterais de negociações comerciais, mais conhecidos como *Rodadas*.

Os objetivos destas Rodadas eram o de reduzir tarifas e de liberalizar cada vez mais o comércio internacional entre os países membros. Nos seus quase 50 anos de existência, o GATT

realizou oito rodadas de negociações, sendo a última a *Rodada do Uruguai*, com início em 1986 terminando em abril de 1994 com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esta nada mais é do que o GATT transformado em uma organização formal mais abrangente e rigorosa nas questões de comércio internacional. Vale lembrar que a diferença marcante entre o GATT e a OMC é que enquanto o primeiro compreendia apenas um acordo relativo ao comércio de mercadorias, a OMC compreende também, acordos sobre comércio de serviços e sobre direitos de propriedade intelectual. E um Órgão permanente e com personalidade Jurídica.

A OMC preencheu um vazio no setor das relações comerciais internacionais, já que o GATT era apenas um Tratado e a OMC uma Organização de âmbito geográfico e setorial mais amplo. Sua administração dispõe de poder apropriado de supervisão, interpretação, solução de controvérsia, atuação e sanção.

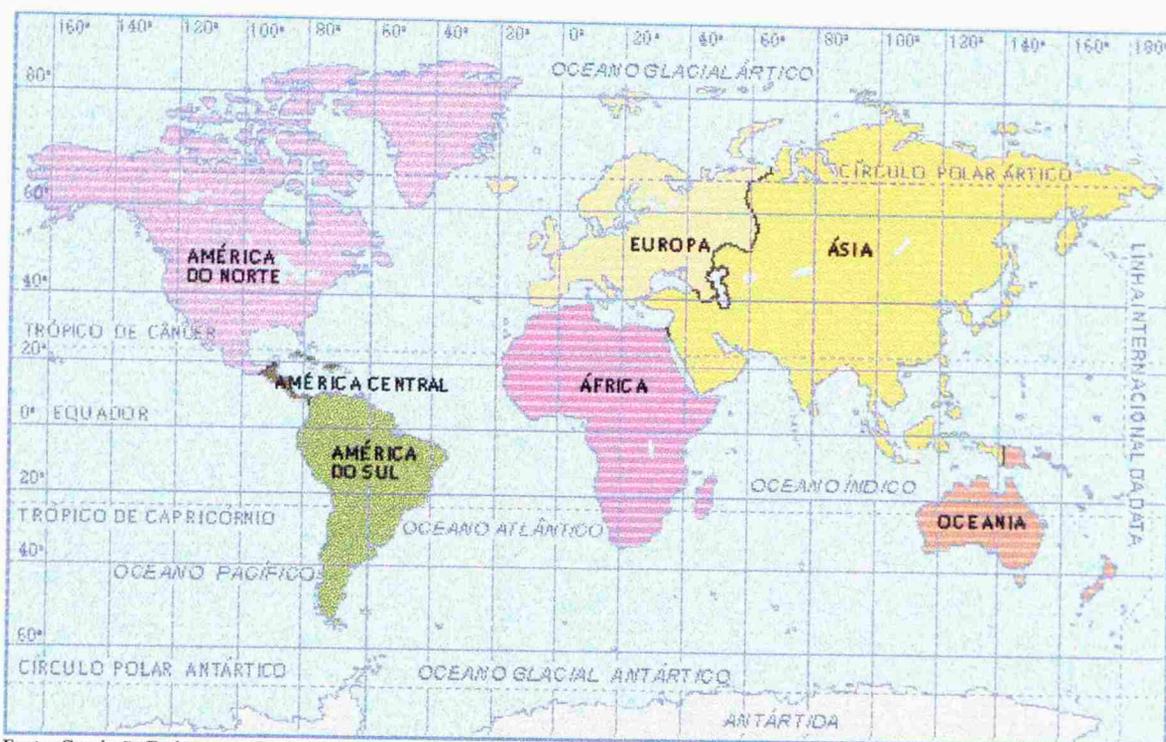
A estrutura da OMC é dotada de uma personalidade jurídica internacional própria, sobre uma conferência ministerial, composta por representantes de todos os países- membros que serão convocados, como regra, a cada dois anos. No período entre uma conferência e outra, as funções da OMC serão exercidas por um conselho geral também composto por representantes de todos os membros. Além da diretiva do Conselho Geral, vêm instituídos órgãos específicos para fiscalizar as principais áreas de responsabilidade da OMC.

Em dezembro de 1994 a Câmara de Deputados aprovou o ingresso do Brasil na OMC; com isso sempre que o Brasil sentir-se prejudicado em termos relacionados ao Comércio Internacional terá que recorrer a OMC, pois esta constitui-se no principal instrumento para acabar com as guerras comerciais.

III – A GLOBALIZAÇÃO

3.1 - A Economia Mundial e a Globalização

Figura 02 – O Mapa Mundi



Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

São várias as leituras que se pode fazer acerca do vocábulo *globalização*. Como *ato ou efeito de globalizar* significa dispor ao redor de um ponto, considerado como centro de uma esfera.

Prefere-se definir *globalização* como integração do globo terrestre, ou melhor, até o presente momento, define-se ainda como a integração econômica do globo, já que decorre da acelerada internacionalização da economia, do crescimento do comércio e dos investimentos externos. O processo de *globalização* não tem natureza exclusivamente econômica. São visíveis as implicações políticas, científicas, tecnológicas, sociais e culturais e suas repercussões são sentidas em todo o mundo.

Com o Tratado de Vestfália, de 1648, emergiu, pois, um novo sistema mundial de governo: A idéia de uma autoridade ou organização acima dos Estados soberanos deixou de existir. O que veio tomar o seu lugar foi a idéia de que todos os Estados

compunham um sistema político mundial, ou, pelo menos, de que os Estados da Europa Ocidental formavam um único sistema político. Esse novo sistema fundamentou-se no direito internacional e no equilíbrio de poder – um direito exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles, (Gross, 1968, Apud Arrighi p. 43)

A globalização baseia-se na liberação econômica, os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias que protegem sua produção da concorrência estrangeira e se abrem ao fluxo internacional de bens, serviços e capitais.

A recente evolução nas tecnologias da informação contribui de forma decisiva para a globalização. Além de concorrer para uma crescente homogeneização cultural, a evolução e a popularização das tecnologias de informação (computador, telefone e televisor) são fundamentais para agilizar o comércio, o fluxo de investimentos e a atuação das transnacionais, por permitir uma integração sem precedentes de pontos distantes do planeta.

Em 1960, um cabo de telefone intercontinental conseguia transmitir 138 conversas ao mesmo tempo. Atualmente, os cabos de fibra ótica possuem capacidade para enviar 1,5 milhão. Uma ligação telefônica internacional de três minutos, que custava 244 dólares em 1930, era feita por 3 dólares no início dos anos 90. A OMC previu para o ano de 2000 a existência de 300 milhões de usuários de internet e transações comerciais de mais de 300 bilhões de dólares.

As transnacionais implementam mudanças significativas no processo de produção. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matéria-prima barata. Os produtos não têm mais nacionalidade definida. Um carro de uma marca dos EUA pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na França, montado no Brasil e ser vendido no mundo todo.

Em 1999, onze países da União Européia dão outro passo importante no processo de globalização ao criar o Euro, moeda única do bloco. É a primeira vez na história que nações abrem mão de emitir sua própria moeda.

Neste contexto de globalização, um produto, independentemente de sua origem ou procedência pode ser oferecido para consumo em qualquer parte do globo terrestre.

De acordo com Arrighi (1998), este é o sistema interestatal, é um conjunto de Estados nacionais que formam um sistema, dando livre mobilidade ao capitalista, que se instala onde melhor lhe convém.

3.2 - Origem Histórica

O comércio entre os diferentes povos já remonta desde a Idade Antiga, onde sucederam-se como centro do comércio mundial as cidades de Tiro e Sidon, sob predomínio fenício, Atenas sob o domínio grego e Alexandria no período helenístico. Sob o Império Romano, a base econômica era a troca de produtos entre as regiões do Mediterrâneo.

Durante a Baixa Idade Média a atividade comercial permaneceu praticamente estagnada devido às características do sistema feudal. Nessa época o comércio era limitado às trocas locais e ocasionais de mercadorias.

(...) obstáculos retardavam a marcha do comércio. O dinheiro era escasso e as moedas variavam de lugar. Pesos e medidas também eram variáveis de região para região. O transporte de mercadorias para longas distâncias era penoso, perigoso, difícil e extremamente caro, (Huberman, 1986, p. 18).

Ao longo da história da humanidade, descobertas de novas terras provocaram mudanças repentinas devido ao contato com novas regiões geográficas e estilos de vida diferentes. As grandes viagens aconteceram porque pessoas com coragem, curiosidade e ganância não conseguiram resistir às tentações da exploração. Motivadas quase sempre pela possibilidade de comércio, essas viagens provavelmente acenderam a faísca criadora que mantém o avanço da civilização.

As nações não podem viver isoladas mais eficientemente do que os indivíduos. Uma só família, vivendo no isolamento e cuidando de todas as suas necessidades, apenas pode obter um sustento míngua e primitivo. Este fato é tão evidente que, mesmo entre os povos primitivos, há alguma especialização rudimentar, juntamente com uma inevitável partilha ou troca de seus benefícios. Com o progresso da tecnologia, desde a descoberta do fogo e da invenção da pedra de moinho e da roda, até à perfeição do instrumento eletrônico mais moderno, o escopo da especialização aumentou – e, com este, a abundância de bens e serviços para satisfazer nossas necessidades. O produtor especializado usa somente parte – talvez nenhuma – de sua própria produção. Troca o excedente pelas coisas que deseja e que são a produção especializada de outrem. Em outras palavras, a especialização implica no comércio e não pode ocorrer sem ele, (Ellsworth, 1974, p. 15).

O livre comércio para os clássicos é a melhor atitude, pois leva ao uso eficiente dos recursos disponíveis.

O livre comércio começou a ser discutido por Adam Smith, que argumentava que evitaria as perdas de eficiências associadas à proteção.

Num sistema perfeito de livre comércio, os países empregarão seu capital e seu trabalho onde obtiverem melhores resultados. Pois o livre comércio eleva ao máximo o bem-estar mundial.

As teorias clássicas e neoclássicas de crescimento econômico consideram o comércio internacional um mecanismo essencial para a difusão dos frutos desse processo. Isto é, através do livre comércio, os ganhos de produtividade são transmitidos recíproca e cumulativamente pela economia internacional, beneficiando todos os países que compõem esse mercado mundial, (Baumann, Canuto, Gonçalves, Prado, 1998, p. 34).

Para Adam Smith, o comércio exterior pode alocar melhores os recursos naturais e a mão-de-obra ociosa, pois o aumento dos mercados permite um grau maior de divisão do trabalho e ainda aumenta a produtividade. A função do comércio internacional não é somente realocar os recursos que já são empregados, mas permitir o emprego da parcela desses recursos que ficaria ociosa na ausência do comércio externo.

Para David Ricardo a função do comércio é realocar melhor os recursos disponíveis. O comércio exterior é duplamente importante para o desenvolvimento devido ao mecanismo de ampliação do mercado e também devido ao mecanismo de evitar a queda da taxa de lucro, através da alternativa de importação à produção doméstica, sob a premissa de rendimentos marginais decrescentes, pois no caso da agricultura, o comércio exterior teria o efeito de contrapor-se a tendência da queda da taxa de lucro através do abastecimento de produtos alimentares importados, evitando assim a utilização de terras menos férteis.

A idéia de globalização ganhou força após o término da *guerra fria*, entre o lado capitalista e o comunista. Vale dizer, pelo simples fato de existirem dois lados ficava impossibilitada a configuração de um mundo globalizado. Ainda existem países não capitalistas e não integrados economicamente com o mundo, mas são uma grande minoria, podendo-se dizer que de modo geral, há uma globalização dos países.

Porém, tendo os sistemas políticos do leste europeu convergido para o capitalismo, a globalização passou a ser uma tendência natural, por força dos valores que predominam neste regime, que são a liberdade, a igualdade e a proteção à propriedade, os quais, em conjunto, são incompatíveis com qualquer tipo de fronteiras, inclusive com fronteiras entre Estados. Assim que, se todos são iguais, com direito à liberdade e à propriedade, não tem lógica, em princípio, fixar-se qualquer limite à locomoção de pessoas ou coisas. Diz-se em princípio porque, sendo o

capitalismo um sistema fundado no predomínio do capital, e não na primazia da pessoa humana, o direito de locomoção obedece aos interesses do capital, que nada mais são que os interesses daqueles que o detêm, e constituem-se principalmente do lucro.

Partindo da premissa de que a mola propulsora do capitalismo é o lucro, através da globalização, as empresas da indústria e do comércio sentir-se-ão impulsionadas a se instalarem, respectivamente, onde puderem produzir com o menor custo e vender pelo melhor preço.

Neste contexto, a globalização é essencialmente da economia, e, ainda assim, certamente monitorada pelos países mais ricos, com o objetivo de garantir o consumo das riquezas produzidas a menor custo por suas empresas nos países mais pobres. Tal se revela, por exemplo, no fato de as poderosas corporações empresariais possuírem filiais nos países periféricos, mas as matrizes nos países de origem, que são os destinatários naturais da maior fatia dos lucros. Como resultado, conseguem aumentar a concentração de riquezas e, por conseguinte, melhorar o padrão de vida de seus países.

Para os países pobres, a globalização de início significa simplesmente a possibilidade de acesso a novos tipos bens, a bens de melhor qualidade e com preços mais em conta, multiplicando as oportunidades de trabalho, especialmente em importação, comércio e serviços.

O empresário que inicialmente vendia com facilidade, porque o dinheiro girava, passa a ter dificuldade ante a concorrência externa, por não dispor de iguais condições para competir. Por isso tende à falência, contribuindo para o aumento do desemprego, perdendo também o seu potencial de consumo.

Com a falência de grande parte das empresas nacionais, há o aumento do desemprego, do subemprego e do trabalho informal, bem como o avanço da concorrência externa, que inclusive passa a instalar suas filiais, tendo para tanto amplo apoio dos governos. Não que isso seja uma regra para os países pobres ou emergentes, mas deve se ter cuidado ao abrir as fronteiras para o comércio internacional a fim de evitar estes acontecimentos com grande força.

Outro ponto importante desse processo são as mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as multinacionais instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos - que possuem altos salários e inúmeros benefícios para as nações industriais emergentes, como os Tigres Asiáticos.

A busca por processos mais rápidos e menos custosos cria uma busca constante por novas tecnologias de produção que notavelmente se aperfeiçoaram e ganharam impulso estrondoso com todo esse processo de unificação global. Os investimentos nesta área são consideráveis e a velocidade com que os novos processos e a tecnologia avançam é enorme.

Dentre os diversos trabalhos existentes, vale aqui destacar o conceito de economia-mundial e economia-mundo de Braudel.

A economia-mundial estende-se à terra inteira: representa, como dizia Sismondi, "o mercado de todo o universo", "o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado". A economia-mundo (...) envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica, (Braudel, 1986, p.12).

Pode-se, atualmente, aplicar o conceito de economia-mundo a todo o planeta, ou dizer que economia-mundo tomou-se também, economia-mundial.

Na história moderna, as reais fronteiras dominantes da economia-mundo capitalista expandiram-se intensamente desde as suas origens no século XVI, de tal maneira que hoje elas cobrem toda a Terra (...). Uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados, que podemos denominar "cadeias de mercadorias", de tal forma que, para qualquer processo de produção na cadeia, há certo número de vínculos para adiante e para trás, dos quais o processo em causa e as pessoas nele envolvidas dependem (...). Nesta cadeia de mercadorias, articulada por laços que se cruzam, a produção está baseada no princípio da maximização da acumulação do capital. (Wallerstein, 1974, apud Ianni, 1995, p. 32)

A década de 90 iniciou-se com uma clara tendência para a segmentação da economia mundial em blocos regionais. Segundo Ricupero *apud* Maia (2000), na verdade, a globalização aumentou o comércio internacional e fez crescer a interdependência das nações.

A globalização e o neo-liberalismo configuram-se para a opinião pública, como os paradigmas dos anos 90. Mas a globalização desenvolve-se em meio ao aprofundamento da revolução tecnológica, através da regionalização dos blocos econômicos, nítida reação à crescente competição econômica, e produz a fragmentação social e espacial, resultado dos custos desta gigantesca transformação para muitos grupos sociais e regiões "perdedoras". Novos temas como meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos e defesa de minorias étnicas passam a integrar a agenda da política mundial, (Vizentini, 2000, p. 1)

O atual processo de globalização constitui a terceira onda, que é um conjunto de novas tecnologias intimamente e inter-relacionadas, cujos três principais componentes são a biotecnologia, a microeletrônica e os novos materiais, incomparavelmente mais ampla e profunda, de um processo que se iniciou com as descobertas marítimas e o subsequente mercantilismo e prosseguiu, em maior escala, com a revolução industrial, atingindo nas últimas décadas do século XX imensas e planetárias proporções com a revolução tecnológica.

As principais características da revolução tecnológica são a instantaneidade das comunicações internacionais, facilidade de transporte e predomínio de técnicas informacionais no processo produtivo, assim como a livre e imediata movimentação de bilhões de dólares de um mercado para outro.

Segundo Jaguaribe (1989), podemos dizer que as descobertas marítimas proporcionaram uma vantagem de dois para um à economia Ocidental e na ordem de 10 para um com a revolução industrial; a revolução tecnológica assumiu proporções de 60 para um.

Para entender como se medem as vantagens resultantes e como se processa o comércio internacional, é preciso entender um pouco a teoria do comércio internacional.

3.3 - Contrastes da Globalização

Uma das principais características do comércio internacional no século XX foi a desigualdade de participação dos países provocada por motivos tanto econômicos quanto políticos. Dentre as razões econômicas destaca-se o fato de as nações mais ricas e industrializadas terem produzido mais condições de comprar produtos manufaturados e serviços do que as nações mais pobres e em desenvolvimento.

O debate em torno dos efeitos colaterais da globalização e das estratégias para evitá-los aprofunda-se em 1999. Uma das consequências desse processo é a concentração da riqueza. A maior parte do dinheiro circula nos países industrializados.

A participação das nações emergentes no comércio internacional é de pouco mais de 30%.

Algumas causas para o distanciamento entre ricos e pobres são o aumento das ações protecionistas promovidas pelos países ricos, a ganância dos investidores e a fragilidade econômica e institucional das nações subdesenvolvidas. A receita usada para recuperar os

mercados emergentes em queda são cortes orçamentários e juros altos, que contribui para aumentar ainda mais à distância.

3.4 - Argumentos Contrários ao Livre Comércio

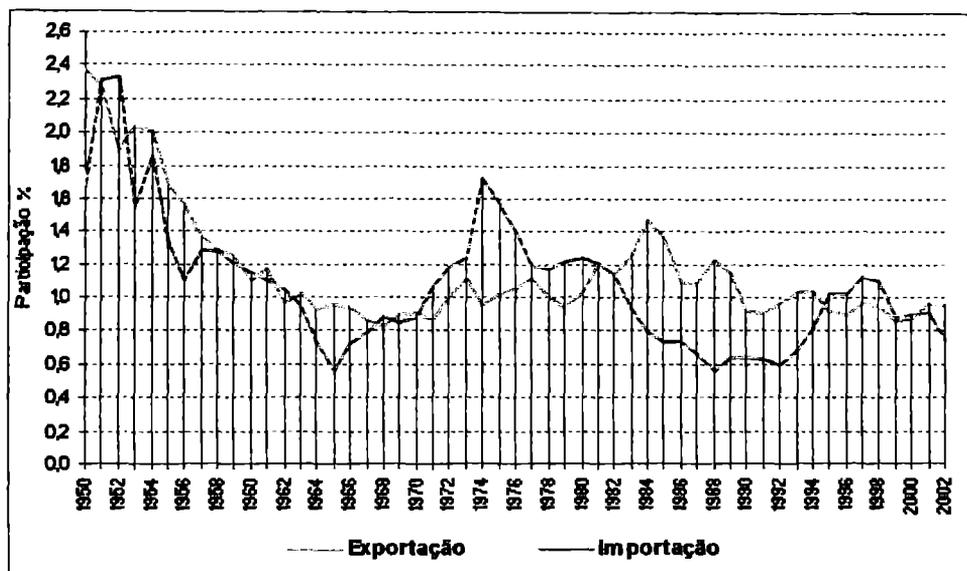
Um argumento contra o livre comércio é que apenas os países grandes em termos de comércio mundial podem melhorar seus termos de troca por meio de impostos sobre as exportações e também por meio de tarifas. Os principais prejudicados com a imposição de barreiras comerciais são os países pobres, pois não tem muita influência sobre seus preços de importação e exportação. Ao contrário dos países ricos que seriam os grandes beneficiados com a utilização de políticas protecionistas devido ao poder de influenciar seus preços de importação e exportação. Conforme Braudel, (1986, p. 20) *Uma cidade-mundo não pode atingir nem manter o seu alto nível de vida, sem o sacrifício, desejado ou não, das outras.*

A seguir pode-se observar mais alguns argumentos contrários ao livre comércio.

- ✓ Redução do desemprego
- ✓ Redução do diferencial dos salários
- ✓ Estímulo à substituição de importações
- ✓ Proteção à indústria nascente
- ✓ Impedimento ao comércio desleal
- ✓ Preocupação em proteger a natureza
- ✓ Proteção da produção nacional
- ✓ Proteção dos trabalhadores nacionais
- ✓ Favorecimento das barganhas internacionais
- ✓ Melhoria no balanço de pagamentos
- ✓ Proteção da segurança nacional

3.5 - O Brasil e o Comércio Internacional

Figura 03 - Participação % do Brasil nas Exportações e Importações Mundiais de 1950 a 2002.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, (2004) disponível em www.mre.gov.br

Desde o século XVI, diversas teorias têm sido desenvolvidas para mostrar as bases, as conveniências e os benefícios provenientes do comércio entre as nações. No Brasil, o processo de integração internacional da indústria brasileira está dividido em duas fases bastante distintas: os anos 80, marcados por elevados coeficientes de exportação e apresentando um desenvolvimento significativo de 1970 a 1980.

A política adotada na década de 80 era a de substituição das importações, uma economia fechada que favorecia o desenvolvimento da indústria brasileira. Desta forma, não havia concorrência dos produtos no mercado interno, que eram caros e de baixa qualidade. Enfrentava também a crise do petróleo, o aumento dos juros internacionais e da dívida externa. O Brasil investiu pesadamente visando colocar o país em posição de grande exportador, mas devido a sua falta de planejamento e de desenvolvimento econômico, foi forçado a diminuir sua produção, começando um ciclo de inflação elevadíssima. E a década de 90, marcada pela abertura do mercado às importações e pelas tentativas de contenção da inflação, via política monetária restritiva e ajustes na balança de pagamentos.

No período dos anos 90 os países do G7 provocaram uma redução das taxas de juros devido à recessão americana, permitindo que o Brasil atraísse capitais financeiros. No entanto, esse processo de abertura se deu após um longo período de crise macroeconômica (dívida externa e desordem das finanças públicas). Dentro deste contexto, a política comercial adotada nos anos 90 foi caracterizada por um processo de liberalização. Eliminaram-se as principais barreiras não tarifárias, e diminuiu-se o nível de proteção da indústria local.

De acordo com dados da SECEX, a relação exportação/PIB, que é o indicador do grau de abertura da economia, no Brasil de 1994 era de 7,1%. De 1994 a 1998 o índice brasileiro só caiu ficando em 6,9%. Esses dados mostram a debilidade da economia brasileira diante da economia mundial.

Tabela 01 - Evolução Do Comércio Exterior Brasileiro - 1950 a 2004 (Janeiro/Abril)

Período	PIB BRASIL			EXP BRASIL (FOB)			EXPORTAÇÃO MUNDIAL (FOB)			IMP BRASIL (FOB)			SALDO COMERCIAL
	US\$ bi (A)	Tx. real	Abert. econ. /1	US\$ bi (B)	Var. %	Part. %		US\$ bi (C)	Var. %	US\$ bi (D)	Var. %	Part. % D/A	US\$ bi FOB (B - D)
		%				B/A	B/C						
1950	15	6,7	7,6	1,4	23,6	9	2,37	57,2	-	0,9	-1,6	6,3	0,4
1954	11,2	7,9	13,3	1,6	1,5	14	2,01	77,8	3	1,4	23,7	12,6	0,1
1958	12,2	10,5	9,9	1,2	-10,7	10	1,29	96,5	-5	1,2	-8,2	9,7	0,1
1962	20	6,5	6,3	1,2	-13,5	6,1	0,97	125,1	4,5	1,3	0,9	6,5	-0,1
1966	28,5	6,8	5,3	1,7	9,2	6,1	0,95	183,5	9,9	1,3	38,5	4,6	0,4
1970	42,6	10,4	6,2	2,7	18,5	6,4	0,91	299,7	16	2,5	25,8	5,9	0,2
1974	110,4	8,1	9,3	8	28,3	7,2	0,96	829,1	49,1	12,6	104	11,5	-4,7
1978	201,2	5	6,5	12,7	4,4	6,3	1,01	1.257,60	15,8	13,7	13,8	6,8	-1
1982	271,3	0,8	7,3	20,2	-13,4	7,4	1,14	1.765,50	-8,2	19,4	-12,2	7,2	0,8
1986	257,8	7,5	7,1	22,3	-12,8	8,7	1,09	2.046,40	9,3	14	6,8	5,4	8,3
1990	469,3	-4,4	5,5	31,4	-8,6	6,7	0,93	3.395,30	13,9	20,7	13,1	4,4	10,8
1994	543,1	5,9	7,1	43,5	12,9	8	1,04	4.204,00	12,9	33,1	31	6,1	10,5
1998	787,9	0,1	6,9	51,1	-3,5	6,5	0,95	5.384,00	-2,2	57,7	-3,4	7,3	-6,6
2000	602,2	4,4	9,2	55,1	14,7	9,1	0,88	6.286,00	12,7	55,8	13,3	9,3	-0,7
2002	459,4	1,9	11,7	60,4	3,7	13	0,96	6.289,00	4,4	47,2	-15	10,3	13,1
2004				26						17,9			8,1

Fonte: Exportações brasileiras: SISCOMEX e SECEX; Importações brasileiras: SISCOMEX e MF/SRF.

Taxa real de variação do PIB: IBGE.

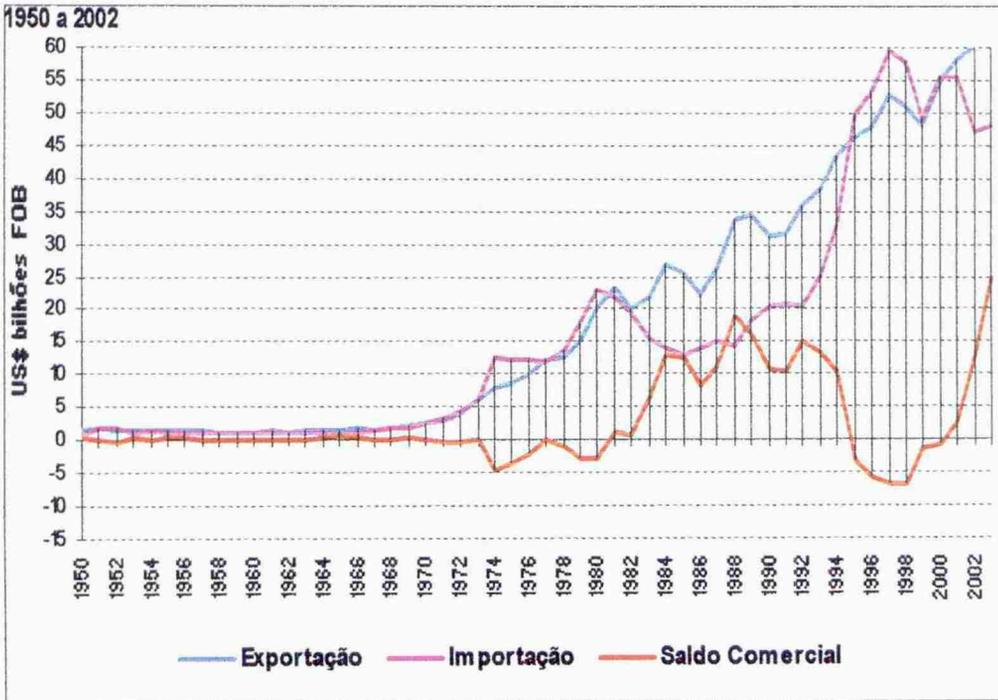
PIB em dólar: IBGE.

Exportação, Importação e PIB mundial: International Financial Statistics (FMI) e World Economic Outlook - September, 2002 (FMI).

O grau de abertura da economia é medido pela participação relativa da média aritmética do somatório das exportações + importações, em relação ao PIB.

Elaboração: SECEX/DEPLA.

Figura 04 - Balança Comercial Brasileira - 1950 a 2003 - US\$ bilhões FOB



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, (2004) disponível em www.mre.gov.br

Nota-se que a partir da década de 70, as exportações brasileiras iniciaram um crescimento significativo, mantendo uma regularidade do seu crescimento. As importações tiveram um salto significativo no começo da década de 90, devido a abertura econômica realizada no governo Collor.

IV - A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

4.1 - Regionalização do Comércio Mundial

Nas décadas de 70 e 80, assistimos a decomposição da bipolaridade do poder mundial, representada pelos Estados Unidos e URSS. O mundo contemporâneo rompeu distâncias, aproximando os povos, unindo e separando nações, fez emergir e também destruiu potências mundiais. O mundo atual não pode ser compreendido sem o conhecimento da guerra fria e da geopolítica. O desenvolvimento e a transformação que o modo capitalista introduziu na sociedade contemporânea está sendo edificada através da Nova Ordem Mundial. A formação de grandes monopólios capitalistas, denominados de multinacionais, é a expressão mais moderna da etapa monopolista do capitalismo.

A crise dos países socialistas no final da década de 80 foi a principal característica do mundo no fim do século XX, culminando com a mundialização do capitalismo, e o domínio e a expansão das empresas multinacionais, envolvendo simultaneamente três processos inter-relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e a existência de ações de governos em nível internacional.

A mundialização da economia capitalista segmentou o espaço econômico mundial, caracterizando-o geograficamente em blocos econômicos, onde são firmados acordos baseados na cooperação e na integração, que na prática, resultam em zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum ou em união econômica e monetária. A Comunidade Econômica Européia (CEE), atualmente União Européia, constitui-se no exemplo mais avançado desse processo de formação e unificação econômica, formando um espaço econômico, financeiro e monetário único, constituindo-se em um território onde suas fronteiras nacionais não são obstáculos à livre circulação de mercadorias e pessoas.

4.2 - Formas de Integração Regional

A integração regional consiste na formação de um mercado integrado de um ou mais países, constituindo-se a partir de uma progressiva eliminação de barreiras ao comércio de bens e

serviços. Assim, criam-se instituições supranacionais voltadas para o controle e uniformização de políticas macroeconômicas dos países integrantes.

Os blocos econômicos foram criados com a finalidade de desenvolver o comércio de determinada região. Para alcançar esse objetivo, eliminam as barreiras alfandegárias, o que torna o custo dos produtos menor. Com isso, criam maior poder de compra dentro do bloco, elevando o nível de vida de seu povo. Como o mercado passa a ser disputado também por empresas de outros países, membros do bloco econômico, cresce a concorrência, o que gera a melhoria de qualidade e a redução de custos, (Maia, 2000, p.1267).

Existem várias formas de integração, onde é necessário obedecer determinadas fases para só então evoluir sucessivamente para um nível de integração mais avançado, conforme exposto a seguir:

- ✓ Primeiro nível: Zona de Livre Comércio
- ✓ Segundo nível: União Aduaneira
- ✓ Terceiro nível: Mercado Comum
- ✓ Quarto nível: Integração Econômica Total

A Zona preferencial consiste numa região que engloba dois ou mais países, caracterizada pela adoção mútua de tarifas preferenciais (reduzidas).

A área de Livre Comércio é considerada o primeiro estágio de integração, onde as barreiras alfandegárias são eliminadas apenas para importação de mercadorias produzidas dentro dessa área, levando a tarifa de importação para os países membros a zero. Porém os países mantêm suas políticas independentes, podendo praticar com outros países a política comercial que melhor lhe convier. Alguns critérios são adotados para garantir o benefício da tarifa zero, é o caso do Certificado de Origem, definindo assim a nacionalidade do produto e impossibilitando o desvio de comércio. Exemplo de Área de Livre Comércio é o Tratado de Livre Comércio Norte-Americano, (NAFTA).

A União Aduaneira constitui uma etapa mais avançada de integração que a descrita anteriormente. Além de eliminar as barreiras alfandegárias para importações de mercadorias dentro da área os países membros adotam, uma política comercial comum e única em relação aos países não-membros. A prática dessa política comercial consiste na adoção da chamada Tarifa

Externa Comum (TEC). Um exemplo de União Aduaneira é o Mercosul no estágio atual. No entanto, o Mercosul é uma União Aduaneira incompleta, porque neste estágio ocorre, além da anulação das tarifas alfandegárias, uma unificação das políticas fiscais, monetária e cambial. No entanto, isso ainda não ocorreu integralmente no Mercosul, pois o Uruguai e Paraguai mantêm sua tabela de exceções, protegendo alguns de seus produtos.

O Mercado Comum é uma região onde, além das características de uma união aduaneira, é permitida também a livre circulação de fatores de produção, isto é, não admite restrições a mão-de-obra e ao capital. As empresas podem movimentar-se livremente. A União Européia foi considerada um Mercado Comum até bem pouco tempo atrás, antes de consolidar sua União Econômica e Monetária, que entrou em vigor no início do ano de 2002.

A União Econômica e Monetária constitui-se um mercado com adoção de políticas macroeconômicas, fiscais, monetárias e tributárias uniformes e unificadas. É, sem dúvida, o estágio mais avançado de integração econômica regional, tendo constituído até mesmo uma autoridade econômica central e supranacional capaz de fazer cumprir as políticas determinadas pelo bloco e que deverão ser aceitas por todos. Exemplo é a União Européia, a qual criou também um banco central único e uma moeda comum, o Euro, que foi adotada a partir de 1º de janeiro de 1999. Adotam esta moeda única todos os países membros, exceto Inglaterra, Dinamarca e Grécia.

Tabela 02 - Países com maior crescimento na participação no comércio internacional, 1985-2000).

País	Taxa de Crescimento na Participação (%)
China	240
Os filhotes dos tigres (Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia)	56
México	45
Chile	40
Os " Tigres " (Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura)	34
Argentina	38
Brasil	(26,0)

Fonte: OMC. *Relatório Anual 2001*. Genebra, OMC., 2001

4.3 - Os Blocos Econômicos

Com o fim da União Soviética na década de 90, os países capitalistas, não mais preocupados com a guerra fria e com o comunismo, passaram a preocupar-se com a guerra comercial. Conseqüentemente, tiveram que se organizar de forma a protegerem-se da concorrência acirrada no cenário mundial.

O passo inicial para a formação de blocos foi dado pela Europa Ocidental, com o objetivo de se proteger da forte concorrência desencadeada pelas empresas norte-americanas e japonesas. Este fechamento da Europa Ocidental resulta uma preocupação mundial, levando os demais países a igualmente protegerem suas economias, formando então os chamados blocos econômicos. Segundo Campos apud Maia (2000), o diálogo do futuro não será entre Nações-Estado e, sim, entre blocos e regiões econômicas. O objetivo dos blocos econômicos é desenvolver o comércio de determinada região, eliminando barreiras alfandegárias, o que torna o custo dos produtos menor e crescendo a concorrência externa.

As idéias da teoria de integração econômica começaram a tomar força após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de uma estrutura que deveria suprir algumas necessidades, favorecendo o livre comércio. As principais idéias de cooperação e unificação eram: Mercado Com Dimensão Ótima, Divisão do Trabalho e Mobilidade dos fatores. Na verdade, os blocos comerciais são uma associação de países que produzem barreiras intra-regionais no comércio de bens, serviços e fluxos de inversão de capital, para aumentar a competitividade da produção e do comércio. Segundo Maia (2000, p. 183) *Em 1997 existiam 76 áreas de livre comércio, mais de 50% criadas a partir de 1990. Todas têm como objetivo ganhar consumidores além das fronteiras.*

4.4 - Os Principais Blocos Econômicos do Planeta

AEC – Associação dos Estados do Caribe (*Association of Caribbean States – ACS*)

Criação:

Em 24.6.1994, na cidade de Cartagena de Indias (Colômbia), foi assinado o Acordo Constitutivo da AEC.

Integrantes:

Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Associados:

França como representante de Guadalupe, Guiana Francesa e Martinica; Aruba e Antilhas Holandesas.

Observadores:

Organizações: Caricom, Cepal, Sela, Sica e Sieca. Países: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Egito, Equador, Espanha, Holanda, Índia, Itália, Marrocos, Peru, Reino Unido, Rússia e Turquia.

Sede:

Port of Spain (Trinidad e Tobago).

Objetivos:

Identificar e promover políticas visando ao desenvolvimento cultural, econômico, social, científico e tecnológico, aproveitando potencial do Mar do Caribe, de forma a obter um espaço econômico mais amplo para o comércio e o investimento; promover a integração econômica por meio da liberalização do comércio e do investimento, assim como a melhoria do nível de vida dos povos do Caribe.

Dados estatísticos:

População: 231,8 milhões

PIB: US\$ 967,3 bilhões

Exportações: US\$ 263,7 bilhões

Importações: US\$ 284,5 bilhões

Site oficial: www.acs-aec.org/

Organização:

A AEC possui como órgãos permanentes o Conselho de Ministros e a Secretaria. Os Comitês Especiais são órgãos auxiliares. O Conselho de Ministros é o principal órgão de

formulação de políticas, cabendo-lhe o estabelecimento dos Comitês Especiais, quais sejam: de Desenvolvimento do Comércio e das Relações Econômicas Exteriores; de Transporte; de Turismo Sustentável; de Desastres Naturais; de Orçamento e Administração. Foram suspensas as atividades dos seguintes Comitês: de Proteção e Conservação do Meio Ambiente e do Mar do Caribe; de Recursos Naturais; e de Ciência, Tecnologia, Saúde, Educação e Cultura.

A Secretaria é composta pelo Secretário-Geral e colaboradores, sendo sua função a assistência ao Conselho de Ministros e aos Comitês Especiais no que tange à formulação e à implementação das políticas e programas aprovados.

A Reunião de Cúpula da AEC ocorre quando da determinação de novas diretrizes e linhas de atuação, consubstanciadas em Plano de Ação, para a integração dos países do Caribe.

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração (*Asociación Latinoamericana de Integración – Aladi*)

Criação:

Em 12.8.1980, na cidade de Montevideú (Uruguai), foi assinado o Tratado de Montevideú.

Integrantes:

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Observadores:

Países: China, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, Itália, Nicarágua, Panamá, Portugal, República Dominicana, Romênia, Rússia e Suíça.

Sede:

Montevideú (Uruguai).

Objetivos:

Criar um mercado comum latino-americano mediante a concessão de preferências tarifárias regionais e a assinatura de acordos regionais e de alcance parcial.

Dados estatísticos:

População: 457,9 milhões

PIB: US\$ 1.549,0 bilhões

Exportações: US\$ 354,6 bilhões

Importações: US\$ 337,6 bilhões

Site oficial: www.aladi.org

Organização:

O Conselho de Ministros de Relações Exteriores é o órgão supremo, ao qual cabe fixar objetivos e adotar decisões que correspondam à condução da política superior. O Comitê de Representantes é o foro permanente negociador de todas as iniciativas destinadas a aperfeiçoar o processo de integração. A Conferência de Avaliação e Convergência incumbe-se da promoção do funcionamento dos diferentes mecanismos previstos no Tratado de Montevidéu, bem como das ações de maior alcance em matéria de integração. A Secretaria-Geral é responsável pelo apoio técnico, pela proposição de projetos de acordos regionais e parciais e resoluções sobre temas normativos e de liberalização do comércio e de cooperação.

Acontecimentos recentes:

Acordo de Complementação Econômica Mercosul / Can (16.12.2003)

Os governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, Estados-parte do Mercosul, e os da Colômbia, do Equador e da Venezuela, países-membro da Comunidade Andina de Nações (Can), assinaram, no âmbito da Aladi, o Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE N° 59), que estabelece uma zona de livre comércio a partir de 1° de julho de 2004.

O acordo estabelece um programa de liberalização comercial com desgravações diferenciadas e estabelece cronogramas gerais de desgravação e cronogramas especiais para os produtos do Patrimônio Histórico da Aladi, para produtos sensíveis e para produtos de desgravação imediata.

O acordo regula, ainda, regime de origem, tratamento nacional, cláusulas de salvaguarda, valoração aduaneira, medidas sanitárias e fito-sanitárias, promoção e intercâmbio comercial, serviços, investimentos, dupla tributação, propriedade intelectual, transporte, infra-estrutura e cooperação científica e tecnológica.

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas (*Free Trade Area of the Americas* – FTAA)

Criação:

Durante a Cúpula das Américas, realizada de 9 a 11.12.1994, em Miami (EUA), foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação.

Integrantes

Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América (EUA), Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Sede:

Atualmente, a sede das negociações é a Cidade do Panamá (Panamá). A próxima sede será em Puebla (México).

Objetivos:

Formar uma área de livre comércio para as Américas, até o final de 2005.

Dados estatísticos:

População: 841,3 milhões

PIB: US\$ 12.853,8 bilhões

Exportações: US\$ 1.719,1 bilhões

Importações: US\$ 2.104,9 bilhões

Site oficial : <http://www.ftaa-alca.org/> e <http://www.mre.gov.br/nalca>

Organização:

A instância principal na organização da Alca é a presidência, que é exercida por um diferente país a cada 18 meses, mudando, ao final do período, com a conclusão de uma Reunião Ministerial. Os países designados para a presidência são Canadá, Argentina, Equador e, conjuntamente, Brasil e EUA.

O processo de negociações, acordado até o ano de 2004, prevê um rodízio da presidência, do local das negociações e da responsabilidade pelos vários Grupos de Negociações (GNs), de modo a assegurar ampla representação geográfica dos países participantes.

O Comitê de Negociações Comerciais (CNC) é responsável pela supervisão das negociações nos diversos GNs. Até a Reunião Ministerial de Quito (Equador), sua presidência coube ao próprio Equador. A partir de agora a Presidência será compartilhada entre Brasil e EUA. As presidências dos GNs, que são alteradas a cada 18 meses, são a seguir destacadas:

APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation – Apec*)

Criação:

A Apec foi informalmente estabelecida em um Encontro Ministerial ocorrido nos dias 6 e 7.11.1989, na cidade de Camberra (Austrália)

Integrantes:

Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coréia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnam

Observadores:

O Secretariado da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), o Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico (Pecc) e o Fórum do Pacífico Sul (SPF).

Sede:

Cingapura (Cingapura).

Objetivos:

Liberalização do comércio e do investimento, facilitação de negócios e cooperação técnica e econômica. Estabelecimento, até 2010, de comércio e investimento livres e abertos para os membros com economias desenvolvidas e, até 2020, para os membros com economias em desenvolvimento.

Dados estatísticos:

População: 2.582,8 milhões

PIB: US\$ 19.183,8 bilhões

Exportações: US\$ 2.934,9 bilhões

Importações: US\$ 3.194,3 bilhões

Site oficial: www.apecsec.org.sg

Organização:

A Apec é um fórum de cooperação econômica que coordena e facilita o crescimento interdependente da região da Ásia e do Pacífico de forma a sustentar seu crescimento econômico. É um processo consultivo operando sobre base voluntária e consenso entre os seus membros, não se constituindo como um bloco comercial, mas como um conjunto de países que opera sob as regras do sistema de regionalismo aberto.

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations – Asean*)

Criação:

Em 8.8.1967, em Bangkok (Tailândia), foi assinada a Declaração de Bangkok.

Integrantes:

Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnam.

Sede:

Jacarta (Indonésia).

Objetivos:

Acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural entre os países membros por meio de programas cooperativos, promovendo a paz e a estabilidade regionais, bem como uma colaboração ativa e assistência mútua em questões econômicas, sociais, culturais, técnicas, científicas e administrativas. É intenção atual acelerar as negociações para que se atinja o livre comércio até o ano de 2003.

Dados estatísticos:

População: 534,5 milhões

PIB: US\$ 923,7 bilhões

Exportações: US\$ 310,7 bilhões

Importações: US\$ 275,4 bilhões

Site oficial: www.aseansec.gov e <http://www.dfat.gov.au/>

Organização:

A autoridade maior é a representada pelo Encontro de Cúpula de Chefes de Governo que define as diretrizes principais para as atividades do Bloco. Em segundo lugar na hierarquia, estão os Encontros Ministeriais da Asean (AMM), responsáveis pela formulação de sua política e pela coordenação de suas atividades. Reúnem-se anualmente os ministros de relações exteriores e os ministros da área econômica. Existem, ainda, comitês responsáveis pela condução dos trabalhos entre os Encontros Ministeriais, além de um Secretariado que tem representantes em cada país membro.

CAN – Comunidade Andina (*Comunidad Andina* – CAN)

Criação:

Em 26.5.1969, em Cartagena de Indias (Colômbia), foi assinado o Acordo de Cartagena, também conhecido por Pacto Andino.

Integrantes:

Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Observadores:

Panamá, países da AEC e do Mercosul.

Sede:

Lima (Peru).

Objetivos:

Promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países-membros, em condições de equidade, mediante a integração e a cooperação econômica e social. Facilitar a participação no processo de integração regional com vistas à formação gradual de um mercado comum latino-americano. Fortalecer a solidariedade sub-regional, reduzir as diferenças de desenvolvimento existentes, e acelerar o crescimento dos países andinos, além de promover a redução da

vulnerabilidade externa e melhorar a posição dos países membros no contexto econômico internacional.

Dados estatísticos:

População: 117 milhões

PIB: US\$ 271,6 bilhões

Exportações: US\$ 54,9 bilhões

Importações: US\$ 51,0 bilhões

Site oficial: www.comunidadandina.org/

Organização:

A CAN tem sua estrutura orgânica formada pelas instituições do Sistema Andino de Integração (SAI) que são: Conselho Presidencial Andino, Conselho de Ministros das Relações Exteriores, Comissão, Secretaria-Geral, Parlamento Andino, Tribunal de Justiça, Conselho Consultivo Empresarial, Corporação Andina de Fomento (CAF), Conselho Consultivo Laboral, Fundo Latino-Americano de Reservas (Flar), Convênios Inter-Governamentais e Universidade Simón Bolívar.

O Conselho Presidencial Andino, que se reúne anualmente por meio da Cúpula Presidencial, é composto pelos Chefes de Governo e se constitui no órgão máximo de direção da CAN. Suas atribuições são: definição da política de integração regional; orientação e estímulo das ações em assuntos de interesse da região; e exame das questões afetas ao desenvolvimento do processo e sua projeção externa.

O Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores é o órgão de direção política, encarregado de assegurar a consecução dos objetivos do processo de integração sub-regional, formular e executar a política externa, subscrever Acordos e Convênios e coordenar a posição conjunta do Bloco nos foros de negociação internacional.

A Comissão da Comunidade Andina é o órgão normativo por excelência do SAI. A Comissão formula, executa e avalia a política de integração sub-regional em matéria de comércio e investimentos, cumprindo as diretrizes do Conselho Presidencial, e coordena a posição da CAN em foros e negociações internacionais.

A Secretaria-Geral é o órgão executivo, cabendo-lhe administrar o processo de integração regional e velar pelo cumprimento dos compromissos comunitários.

O Parlamento Andino é o órgão de deliberação do SAI e tem como funções: participar da elaboração de normas do processo de integração e promover a harmonização das legislações dos países membros.

Figura 05 – O CAN e o MERCOSUL



Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004, Disponível em: www.camara.gov.br

CARICOM - Comunidade do Caribe (*Caribbean Community* – Caricom)

Criação:

Em 4.7.1973, na cidade de Chaguaramas (Trinidad e Tobago), foi assinado o Tratado de Chaguaramas.

Integrantes:

Antígua e Barbuda, Bahamas*, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

***Pertence à Comunidade, mas não ao Mercado Comum.**

Associados:

Angüila, Bermuda, Ilhas Cayman, Ilhas Turks e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas.

Observadores:

Antilhas Holandesas, Aruba, Colômbia, México, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela.

Sede:

Georgetown (Guiana).

Objetivos:

Buscar a integração econômica dos países membros através do estabelecimento de um Mercado Comum, da coordenação de uma política externa comum e da cooperação funcional em assuntos de saúde, educação e cultura, comunicações e relações industriais, além de proporcionar a seus povos uma gama de serviços comuns.

Dados estatísticos:

População: 14,7 milhões

PIB: US\$ 27,8 bilhões

Exportações: US\$ 12,3 bilhões

Importações: US\$ 15,3 bilhões

Site oficial: www.caricom.org

Organização:

Seu órgão máximo é a Conferência de Chefes de Governo, cuja responsabilidade reside na determinação do direcionamento político da Comunidade e no relacionamento com organismos internacionais e outros países. Subordinado à Conferência, existe o Conselho de Ministros, responsável pelo planejamento estratégico da Comunidade, pelo direcionamento do processo de integração econômica, o que inclui o estabelecimento de um Mercado Comum, e pela coordenação das relações exteriores.

MCCA - Mercado Comum Centro-Americano (*Mercado Comun Centroamericano – MCCA*)

Criação:

Em 13.12.1960, em Manágua (Nicarágua), foi assinado o Tratado de Manágua.

Integrantes:

Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

Sede:

Cidade da Guatemala (Guatemala).

Objetivos:

Criação de um mercado comum.

Dados estatísticos:

População: 34,7 milhões

PIB: US\$ 63,5 bilhões

Exportações: US\$ 18,0 bilhões

Importações US\$ 26,0 bilhões

Site oficial: www.sieca.org.gt

Organização:

Na estrutura organizacional do MCCA tem-se o Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco), a Secretaria-Geral do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), o Comitê Executivo de Integração Econômica (CEIE) e a Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca).

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

Criação:

Em 26.3.1991, em Assunção (Paraguai), foi assinado o Tratado de Assunção

Integrantes:

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Associados:

Bolívia e Chile.

Sede:

Montevideu (Uruguai).

Objetivos:

Criar um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; adotar uma política externa comum; coordenar posições conjuntas em foros internacionais; coordenar políticas macroeconômicas e setoriais; e harmonizar legislações nacionais, com vistas a uma maior integração.

Dados estatísticos:

População: 223,4 milhões

PIB: US\$ 573,8 bilhões

Exportações: US\$ 103,8 bilhões

Importações: US\$ 79,5 bilhões

Site oficial: www.mercosur.org.uy/

Organização:

O Mercosul possui uma estrutura orgânica intergovernamental (não há órgãos supranacionais), havendo, contudo, uma Presidência *Pro Tempore*, exercida por sistema de rodízio semestral. As decisões do Mercosul são sempre tomadas por consenso e sua organização compreende:

Conselho do Mercado Comum (CMC): órgão superior, responsável pela condução política do processo de integração e composto pelos Ministros das Relações Exteriores e de Economia dos quatro países. O CMC se reúne duas vezes por ano e se manifesta por meio de Decisões.

NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement* – Nafta)

Criação:

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte foi assinado nas seguintes datas:

Canadá: em 11 e 17.12.1992, em Ottawa;

México: em 14 e 17.12.1992, na Cidade do México;

Estados Unidos da América: em 8 e 17.12.1992, em Washington.

Integrantes:

Canadá, Estados Unidos da América (EUA) e México

Sede:

Não há uma sede específica, apenas representações nos(as) ministérios/secretarias de comércio de cada país membro.

Objetivos:

Constituir uma Zona de Livre Comércio visando à eliminação de barreiras às transações de bens, serviços e capitais até o ano de 2005, proporcionando maiores oportunidades de trocas comerciais e crescimento dos fluxos de investimentos entre os países membros.

Dados estatísticos:

População: 424,3 milhões

PIB: US\$ 11.818,8 bilhões

Exportações: US\$ 1.491,3 bilhões

Importações: US\$ 1.893,8 bilhões

Site oficial: www.naftaworks.org/ ou <http://www.nafta-customs.org>

Organização:

A Comissão de Livre Comércio (CLC), em que tomam assento os ministros/secretários de comércio dos três países, é o órgão executivo máximo da Nafta. Cabe à CLC supervisionar a aplicação do Acordo, assim como a elaboração das futuras partes do mesmo, ajudando a

solucionar conflitos ligados a sua interpretação. Cabe-lhe, ainda, a supervisão de cerca de 30 comitês, grupos de trabalho e órgãos auxiliares.

Proporcionando apoio técnico à CLC e demais órgãos, existe a Secretaria, instância responsável pela resolução de controvérsias no âmbito do Nafta.

Existem, ainda, duas outras comissões, quais sejam, a de Cooperação no Campo do Trabalho e a de Cooperação Ambiental.

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community – SADC)

Criação:

Em 17.7.1992, na cidade de Windhoek (Namíbia), foi assinado o Tratado de Windhoek.

Integrantes:

África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Estónia, Chipre, Letonia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, República Checa, Eslovenia e Eslováquia

Sede:

Gaborone (Botsuana), com cada país membro sendo responsável por uma área específica.

Objetivos:

Buscar a coordenação, harmonização e racionalização das políticas e estratégias dos países membros para o desenvolvimento sustentável em todas as áreas do esforço humano, na intenção de alcançar o crescimento econômico, a diminuição da pobreza e a melhoria do padrão de qualidade de vida dos povos da África Austral, através da integração regional.

Dados estatísticos:

População: 159,7 milhões

PIB: US\$ 159,0 bilhões

Exportações: US\$ 53,2 bilhões

Importações: US\$ 50,6 bilhões

Site oficial: www.sadc.int/

Organização:

Seu órgão supremo é a Cúpula dos Chefes de Estado ou de Governo. Hierarquicamente subordinado, existe o Conselho de Ministros, instância responsável pela supervisão da implementação de políticas. O Setor de Finanças e Investimentos atua como Secretariado para o Conselho de Ministros. Outro órgão de relevante importância é o Comitê de Governadores de Bancos Centrais, que teve sua primeira reunião em novembro de 1995, quando foram propostos projetos desenhados para contribuir no processo de integração e cooperação econômica. Este Comitê busca uma maior cooperação entre os bancos centrais nas áreas de política monetária e seus instrumentos, supervisão bancária, mercado de capitais, sistema de compensação (*clearing*) e combate à lavagem de dinheiro.

UE - União Européia (*European Union* – EU)**Criação:**

Em 25.3.1957, Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Itália e Luxemburgo assinam o Tratado de Roma criando a Comunidade Econômica Européia (CEE). Em 1.7.1987, contando com a adesão de Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Espanha e Portugal, entra em vigor o Ato Único Europeu, que dá origem às Comunidades Européias, formando um Mercado Único e priorizando a coesão econômica e social. Em 7.2.1992, é assinado, em Maastricht (Holanda), o Tratado da União Européia para conformação da união econômica e monetária. Em 17.6. 1997, já incorporadas Áustria, Finlândia e Suécia, é elaborado o Tratado de Amsterdam (Holanda) com vistas a viabilizar uma Europa mais democrática e social. Em 1.1.1999 ocorre a adoção escritural da moeda única, o Euro. Em 1.1.2002 o euro passa a circular como papel-moeda.

Integrantes:

Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca*, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido* e Suécia*. *países que não aderiram ao Euro.

Candidatos:

Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Tcheca, Romênia e Turquia.

Sede:

Bruxelas (Bélgica).

Objetivos:

Promover o progresso econômico e social entre os povos europeus por meio da criação de um espaço comum, através do estabelecimento de uma união econômica e monetária com moeda única; instituir uma cidadania europeia; desenvolver uma estreita cooperação nos campos da liberdade, segurança e justiça; e afirmar o papel da Europa no mundo.

Dados estatísticos:

População: 379,1 milhões

PIB: US\$ 8.644,6 bilhões

Exportações: US\$ 3.051,2 bilhões

Importações: US\$ 2.853,8 bilhões

Site oficial: <http://europa.eu.int>

Organização:

O órgão máximo da UE é o Conselho Europeu. Agrupa os Chefes de Estado ou de Governo, além do Presidente da Comissão Europeia, sendo responsável pela definição das grandes orientações políticas, cabendo-lhe a responsabilidade de abordar os problemas da atualidade no âmbito internacional. O Conselho Europeu reúne-se, em princípio, quatro vezes por ano, ou seja, duas vezes por semestre. Em circunstâncias excepcionais, o Conselho Europeu pode reunir-se em sessão extraordinária.

Outras dez instituições existem para que a UE possa cumprir seus objetivos de integração. O Conselho de Ministros (Conselho da União Europeia, ou simplesmente Conselho) é o órgão que dispõe de poder de decisão, assumindo a coordenação geral das atividades da União. O Conselho, juntamente com o Parlamento Europeu, fixa a legislação da UE, inicialmente proposta pela Comissão Europeia.

O Parlamento Europeu, atualmente composto por 626 delegados eleitos, possui três tipos de poder: o orçamentário, o de controle da Comissão e o legislativo. Este último é exercido diferentemente segundo a natureza da matéria em questão, indo de instância de consulta à co-decisão, quando divide o poder decisório com o Conselho.

A Comissão Europeia é o órgão executivo e tem como função a iniciativa na elaboração da legislação comum, controlando sua aplicação e coordenando a administração das políticas comuns. Ademais, conduz as negociações da UE no plano das relações exteriores.

As principais instituições da UE são: o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Comitê Econômico e Social, o Comitê das Regiões, o Provedor de Justiça Europeu, Banco Central Europeu (BCE) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). O sistema é completado por uma série de agências e organismos.

UMA - União do Magreb Árabe (*Union du Maghreb Arabe* – UMA)

Criação:

Em 17.2.1989, em Marrakesh (Marrocos), foi assinado o Tratado de Marrakesh.

Integrantes:

Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia.

Sede:

Rabat (Marrocos).

Objetivos:

Reforçar os laços que unem os estados membros e seus povos; contribuir para a consolidação da paz, fundada sobre a justiça e a equidade; perseguir uma política comum nos mais diversos campos; e permitir a livre circulação de pessoas, serviços, bens e capitais.

Dados estatísticos:

População: 79,3 milhões

PIB: US\$ 119,6 bilhões

Exportações: US\$ 45,8 bilhões

Importações US\$ 33,9 bilhões

Site oficial: <http://www.maghrebarabe.org/>

Organização:

O Conselho Presidencial é o órgão supremo, composto pelos Chefes de Estado dos Países Membros. A presidência do Conselho é assumida por um período de um ano, de forma rotativa. As sessões ordinárias são realizadas uma vez a cada ano e as decisões do Conselho são tomadas por unanimidade.

A UMA é composta pelo Secretariado-Geral, instalado no Marrocos, e pelo Conselho de Ministros das Relações Exteriores, que prepara as sessões do Conselho Presidencial e examina as questões provenientes do Comitê de Acompanhamento e das Comissões Ministeriais Especializadas. São quatro Comissões Ministeriais Especializadas, criadas pelo Conselho Presidencial: a Comissão da Segurança Alimentar, a Comissão de Economia e Finanças, a Comissão de Infra-estruturas Básicas e a Comissão de Recursos Humanos.

Outros órgãos compõem a organização do Bloco: a) o Conselho Consultivo (sediado na Argélia) é composto por vinte representantes de cada país, escolhido pelos organismos legislativos dos Estados Membros ou conforme as regras internas de cada Estado; b) a Instância Judiciária (sediada na Mauritânia) é composta por dois juizes de cada Estado, com competência para definir a interpretação e a aplicação de tratados e acordos concluídos no âmbito da UMA.

4.5 - Outros Blocos Econômicos e Grupos de Países

CEI - Comunidade dos estados Independentes

É uma organização criada em 1991 que reúne 12 das 15 repúblicas que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ficam de fora apenas três países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia. Organiza-se em uma confederação de Estados, que preserva a soberania de cada um. A comunidade prevê a centralização das Forças Armadas e o uso de uma moeda comum: o rublo. Membros - Armênia, Belarus, Cazaquistão, Federação Russa, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão (1991); Georgia, Azerbaijão (1993).

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI) nasce do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991, com o objetivo de manter a associação entre as ex-repúblicas e integrá-las à nova ordem mundial. Sediada em Minsk, em Belarus, a CEI

organiza-se em uma confederação de Estados, com vínculos entre si, mas que preserva a soberania de cada uma das nações. Não possui governo central, mas Conselhos de Chefes de Estado, que se reúnem duas vezes ao ano, e de Governo, que se encontram de três em três meses.

No ato de criação a comunidade prevê a centralização das Forças Armadas e uma moeda comum: o rublo. Na prática, contudo, as repúblicas não têm conseguido a unidade. Rússia e Belarus saíram à frente e assinaram um acordo em 1996, estabelecendo a formação de uma moeda única para 1997, além de uma política externa e de defesa em comum. Tensões separatistas são constantes em grande parte das repúblicas da CEI e há disputas pelo controle do poderoso arsenal nuclear da extinta URSS.

PACTO ANDINO

O Pacto Andino nasceu do Acordo de Cartagena em 1969, na Bolívia, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento, aumentar a integração comercial, política e econômica entre seus países-membros. Tinha como membros a Colômbia, o Equador, o Peru o Chile e a Bolívia. Em 1973, a Venezuela associou-se e em 1976 o Chile se desintegrou do bloco. Estes países faziam parte da ALAC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) que devido a vastidão geográfica que os envolvia, chocou-se com as desigualdades econômicas e acabou abandonando seus objetivos de constituir uma zona de livre comércio. O Panamá participa como observador. As tentativas para estabelecer uma tarifa externa comum, no entanto, têm fracassado. Em 1993, o comércio entre os países-membro do Pacto Andino aumentou mais de 30%. Apesar da grande integração, os Estados Unidos continuam a ser o principal parceiro comercial da maioria dos signatários.

Membros – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela .

TIGRES ASIÁTICOS

A partir da década de 70, o direcionamento da indústria eletrônica para a exportação de produtos baratos traz prosperidade econômica crescente e rápida para alguns países da Ásia. Coréia do Sul , Formosa (Taiwan) , Hong Kong e Cingapura são os primeiros destaques. Dez anos depois, Malásia, Tailândia e Indonésia integram o grupo de países chamados Tigres Asiáticos. Apesar da recessão mundial dos anos 80, apresentam uma taxa de crescimento médio anual de 5%, graças à base industrial voltada para os mercados externos da Ásia, Europa e América do Norte.

As indústrias e exportações concentram-se em produtos têxteis e eletrônicos. Os Tigres beneficiam-se da transferência de tecnologia obtida através de investimentos estrangeiros associados a grupos nacionais. Os Estados Unidos e o Japão são os principais parceiros econômicos e investidores. Com exceção de Cingapura, as economias dos Tigres Asiáticos dispõem de mão-de-obra barata: as organizações sindicais são incipientes e as legislações trabalhistas forçam a submissão dos trabalhadores. Tal situação só é possível porque é sustentada por uma cultura conformista, que valoriza a disciplina e a ordem, e admite a intervenção do Estado em diversos setores econômicos. O planejamento estatal é posto em prática em larga escala, seguindo de perto o modelo japonês.

EFTA - Associação Européia De Livre Comércio

A EFTA foi constituída pela Convenção de Estocolmo, assinada em 04 de janeiro de 1960, tendo como primeiros parceiros Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte).

A EFTA surgiu como uma oposição à Comunidade Econômica Européia (CEE), pois seus Estados-Membros procuravam evitar o que consideravam pesados compromissos econômicos e institucionais, pois enquanto o Reino Unido buscava total liberdade econômica, sem maiores compromissos institucionais, a Áustria, a Suécia e a Suíça defendiam o direito à soberania política.

Com o fortalecimento da Comunidade Européia, a EFTA perdeu a maioria de seus integrantes, pois Áustria, Dinamarca, Portugal, Suécia, Reino Unido e Finlândia, que entrou em 1986, aderiram ao bloco de maior magnitude.

Hoje, a EFTA restringe-se à associação de apenas quatro países, a saber, Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

O grupo abriga uma população de 12 milhões de habitantes, que gera um PIB US\$ 416,713 bilhões, exportações num total de US\$ 122,2 bilhões e importações de US\$ 110,5 bilhões.

Em 02 de maio de 1992, na cidade do Porto, Portugal, a EFTA assinou com a União Européia um acordo criando o Espaço Econômico Europeu (EEE), o qual viabilizará, não só aumento do volume de comércio com a União Européia como também a participação dos seus quatro Estados-Membros em outros programas da União Européia.

São Países-Membros da EFTA: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Outras informações: www.efta.int

ANZCERTA - Acordo Comercial Sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia.

Criado em 1983, tomou-se o principal instrumento de administração das relações econômicas entre Austrália e Nova Zelândia. Foi planejado para transformar-se em um acordo entre os dois países, cujo principal objetivo é a criação de uma área de livre comércio. Entre 1983 e 1999, o ANZCERTA elevou as relações comerciais australiano-neozelandesas em mais de 400%, o que significou um volume de transações acima de 10 bilhões de dólares australianos, em 1998.

Além do protocolo geral destinado a acelerar o livre comércio de mercadorias entre os dois países, o ANZCERTA destaca-se pelo seu protocolo sobre livre comércio na área de serviços, o primeiro do mundo globalizado.

Vale destacar que o ANZCERTA assinou um acordo inicial com o ASEAN, em 1995, para facilitar os fluxos de comércio e de investimentos entre as duas regiões. No momento, os dois blocos estabeleceram um grupo de trabalho que estuda a possibilidade de criação de uma área de livre comércio, reunindo o ANZCERTA e o ASEAN, até 2010.

O bloco reúne uma população de 22,5 milhões de habitantes, com um PIB de US\$ 468,1 bilhões, um montante de exportação no valor de US\$ 70,3 bilhões e importações que atingem os US\$ 75,7 bilhões.

São países-membros do ANZCERTA: Austrália e Nova Zelândia.

Outras informações: http://www.dfat.gov.au/geo/spacific/nz/anz_cer/anz_cer.html.

V – O MERCOSUL E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

5.1 - Antecedentes do Mercosul

Diversos problemas dificultaram para que se atingisse a plena liberalização do comércio regional, particularmente os reflexos negativos que a conjuntura recessiva dos anos 80 tiveram no Continente, agravados pelo grave problema da dívida externa dos três países de maior desenvolvimento - Brasil, Argentina e México.

Em 1947, surge o tratado interamericano de ajuda recíproca (TIAR); em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); em 1961, a Assistência Recíproca Petroleira Estatal Latino-Americana; e, 1968, a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento; em 1969, o Grupo Andino; em 1975, o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA); em 1980, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); e a partir de 1991 o Mercosul.

As relações comerciais entre Brasil e Argentina já vêm ocorrendo desde a década de 1970, com o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que tinha como objetivo proporcionar um espaço econômico comum, com a abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação econômica de setores específicos dos países. Um novo e decisivo impulso foi dado com a Ata de Iguaçu (1985), aproximando ainda mais o Brasil e Argentina. O objetivo era aumentar as relações comerciais entre os dois países, que tiveram rivalidades históricas até mesmo na época de D. Pedro II, que mandou seus engenheiros usar bitolas diferentes nos trilhos de sua ferrovia por questões de segurança nacional, impedindo assim que os Argentinos invadissem o território brasileiro com suas locomotivas. Um novo e decisivo impulso foi dado com a assinatura, em 06 de julho de 1990, pelos presidentes Collor e Menem, da Ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31 de dezembro de 1994 para a formação definitiva de um Mercado Comum entre os dois países. Em Agosto do mesmo ano, Paraguai e Uruguai aderiram ao processo, o que culminou na assinatura do Tratado de Assunção, na capital paraguaia pelos presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e seus respectivos ministros de Relações Exteriores em 26 de março de 1991, para a constituição do Mercado Comum do Sul.

Pelo tratado, o mercado ficaria estabelecido em 31 de dezembro de 1994, implicando em:

a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

b) estabelecimento de uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e a coordenação de posições em foros econômicos/comerciais regionais e internacionais;

c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os países-membros;

d) e o compromisso dos Estados-Parte de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

5.2 – Países Integrantes

Figura 06 – O Mercosul



Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br.

Argentina:**População:** 37.031.802 hab.**Área:** 2.786.889 km²**Densidade Demográfica:** 13,17 hab/km²**Capital:** Buenos Aires**Principais Cidades:** Buenos Aires, Córdoba e Rosário**Regime e Forma de Governo:** República Presidencialista**Moeda:** Peso (\$)**PIB:** US\$ 282 bilhões**Principais Parceiros Comerciais:** Brasil, Estados Unidos, Chile, Alemanha, Espanha, Holanda e FrançaFonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 03 - Principais indicadores macroeconômicos - Argentina

	US\$ milhões					
Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001	2002
I. Externos						
1. Balança comercial (a-b)	-2.123,0	-3.097,0	-794,0	2.452,0	7.385,0	17.239,0
a. Exportação (FOB)	26.431,0	26.434,0	23.309,0	26.341,0	26.543,0	25.709,0
b. Importação (FOB)	28.554,0	29.531,0	24.103,0	23.889,0	19.158,0	8.470,0
2. Saldo em conta corrente	-12.240,0	-14.530,0	-11.966,0	-8.937,0	-3.978,0	9.592,0
3. Reservas internacionais	22.320,0	24.752,0	26.252,0	25.147,0	14.553,0	10.489,0
II. Domésticos						
4. Produto Interno Bruto (PIB)						
a. Valor corrente em USD (*)	293.005,5	299.097,5	283.664,8	284.346,2	268.831,4	102.191,5
b. Crescimento real (%)	8,1	3,8	-3,4	-0,8	-4,4	-10,9
5. Inflação (preços ao consumidor) (%)	0,5	0,9	-1,2	-0,9	-1,1	25,9

FONTE: FMI - International Financial Statistics e World Economic Outlook - Abril 2003

(*) PIB em US\$ = PIB em Moeda Local / Taxa média anual de câmbio

NOTA: Modificações nos valores são função de revisões efetuadas pelo FMI.

(n.d.): Dados indisponíveis.

Elaboração: Banco Central do Brasil

Bolívia:**População:** 8.328.700 habitantes**Área:** 1.098.581 km²

Densidade Demográfica: 7,6 hab./km²

Capital: La Paz

Principais Cidades: La Paz, Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba

Regime e Forma de Governo: República Presidencialista

Moeda: Sucre

PIB: US\$ 8,4 bilhões

Principais Parceiros Comerciais: Estados Unidos, Brasil, Japão, Argentina e Reino Unido

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 04 - Principais indicadores macroeconômicos - Bolívia

Discriminação	US\$ milhões					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
I. Externos						
1. Balança comercial (a-b)	-477,0	-655,0	-488,0	-364,0	-192,0	-222,0
a. Exportação (FOB)	1.167,0	1.104,0	1.051,0	1.246,0	1.285,0	1.310,0
b. Importação (FOB)	1.644,0	1.759,0	1.539,0	1.610,0	1.477,0	1.532,0
2. Saldo em conta corrente	-553,0	-666,0	-488,0	-447,0	-274,0	-335,0
3. Reservas internacionais	1.087,0	948,0	975,0	926,0	886,0	580,0
II. Domésticos						
4. Produto Interno Bruto (PIB)						
a. Valor corrente em USD (*)	7.925,7	8.497,5	8.285,0	8.390,7	8.023,4	7.801,0
b. Crescimento real (%)	5,0	5,0	0,4	2,3	1,5	2,8
5. Inflação (preços ao consumidor) (%)	4,7	7,7	2,2	4,6	1,6	0,9

FONTES: FMI - International Financial Statistics e World Economic Outlook - Abril 2003

(*) PIB em US\$ = PIB em Moeda Local / Taxa média anual de câmbio

NOTA: Modificações nos valores são função de revisões efetuadas pelo FMI.

Elaboração: Banco Central do Brasil

Brasil:

População: 163.947.554 habitantes

Área: 8.547.403 km²

Densidade Demográfica: 19,18 hab/km²

Capital: Brasília

Principais Cidades: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador

Regime e Forma de Governo: República Presidencialista

Moeda: Real

PIB: US\$ 805 bilhões

Principais Parceiros Comerciais: Estados Unidos, Japão, Alemanha, China, Itália, Holanda e Espanha.

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 05 - Principais indicadores macroeconômicos - Brasil

Discriminação	US\$ milhões					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
I. Externos						
1. Balança comercial (a-b)	-6.652,0	-6.603,0	-1.261,0	-697,0	2.651,0	13.143,0
a. Exportação (FOB)	53.189,0	51.136,0	48.011,0	55.086,0	58.223,0	60.362,0
b. Importação (FOB)	59.841,0	57.739,0	49.272,0	55.783,0	55.572,0	47.219,0
2. Saldo em conta corrente	-30.491,0	-33.829,0	-25.400,0	-24.225,0	-23.215,0	-7.696,0
3. Reservas internacionais	50.827,0	42.580,0	34.796,0	32.488,0	35.739,0	37.683,0
II. Domésticos						
4. Produto Interno Bruto (PIB)						
a. Valor corrente em USD (*)	807.739,3	786.880,3	536.554,3	601.778,7	508.931,3	452.410,5
b. Crescimento real (%)	3,3	0,1	0,8	4,4	1,4	1,5
5. Inflação (preços ao consumidor) (%)	6,9	3,2	4,9	7,1	6,8	8,4

FONTES: FMI - International Financial Statistics e World Economic Outlook - Abril 2003

(*) PIB em US\$ = PIB em Moeda Local / Taxa média anual de câmbio

NOTA: Modificações nos valores são função de revisões efetuadas pelo FMI.

Elaboração: Banco Central do Brasil

Chile:

População: 15.110.610 habitantes

Área: 756.945 km²

Densidade Demográfica: 19,96 hab./km²

Capital: Santiago

Principais Cidades: Santiago, Concepción-Talcahuano, Valparaíso-Viña del Mar

Regime e Forma de Governo: República Presidencialista

Moeda: Peso Chileno

PIB: US\$ 66 bilhões

Principais Parceiros Comerciais: Estados Unidos, Japão, Argentina e Brasil

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 06 - Principais indicadores macroeconômicos - Chile

US\$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001	2002
I. Externos						
1. Balança comercial (a-b)	-1.428,0	-2.040,0	2.427,0	2.119,0	2.055,0	2.513,0
a. Exportação (FOB)	17.870,0	16.323,0	17.162,0	19.210,0	18.466,0	18.340,0
b. Importação (FOB)	19.298,0	18.363,0	14.735,0	17.091,0	16.411,0	15.827,0
2. Saldo em conta corrente	-3.660,0	-3.918,0	99,0	-766,0	-1.192,0	-553,0
3. Reservas internacionais	17.573,0	15.869,0	14.617,0	15.035,0	14.379,0	15.341,0
II. Domésticos						
4. Produto Interno Bruto (PIB)						
a. Valor corrente em USD (*)	82.797,0	79.371,7	72.994,2	75.434,7	68.264,7	66.425,2
b. Crescimento real (%)	6,6	3,2	-0,8	4,2	3,1	2,1
5. Inflação (preços ao consumidor) (%)	6,1	5,1	3,3	3,8	3,6	2,5

FONTE: FMI - International Financial Statistics e World Economic Outlook - Abril 2003

(*) PIB em US\$ = PIB em Moeda Local / Taxa média anual de câmbio

NOTA: Modificações nos valores são função de revisões efetuadas pelo FMI.

(n.d.): Dados indisponíveis.

Fonte: Banco Central do Brasil

Paraguai:

População: 5.355.842 habitantes

Área: 406.752 km²

Densidade Demográfica: 13,16 hab/km²

Capital: Assunção

Principais Cidades: Assunção, Ciudad del Este e San Lorenzo

Regime e Forma de Governo: República Presidencialista

Moeda: Guarani

Principais Parceiros Comerciais: Estados Unidos, Brasil, Argentina e China

PIB: US\$ 9 bilhões

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 07 - Principais indicadores macroeconômicos - Paraguai

US\$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001	2002
I. Externos						
1. Balança comercial (a-b)	-864,0	-393,0	-441,0	-678,0	-555,0	-72,0
a. Exportação (FOB)	3.328,0	3.549,0	2.312,0	2.226,0	1.952,0	2.319,0
b. Importação (FOB)	4.192,0	3.942,0	2.753,0	2.904,0	2.507,0	2.391,0
2. Saldo em conta corrente	-650,0	-160,0	-165,0	-291,0	-245,0	294,0
3. Reservas internacionais	836,0	865,0	978,0	763,0	714,0	629,0
II. Domésticos						
4. Produto Interno Bruto (PIB)						
a. Valor corrente em USD (*)	9.611,6	8.596,0	7.740,7	7.721,7	6.848,4	n.d.
b. Crescimento real (%)	2,6	-0,4	0,5	-0,4	2,7	-3,9
5. Inflação (preços ao consumidor) (%)	7,0	11,6	6,8	9,0	7,3	10,5

FONTES: FMI - International Financial Statistics e World Economic Outlook - Abril 2003

(*) PIB em US\$ = PIB em Moeda Local / Taxa média anual de câmbio

NOTA: Modificações nos valores são função de revisões efetuadas pelo FMI.

(n.d.): Dados indisponíveis.

Elaboração: Banco Central do Brasil

Uruguai:

População: 3.300.000 habitantes

Área: 176.215 km²

Densidade Demográfica: 18,73 hab/km²

Capital: Montevideú

Principais Cidades: Montevideú, Salto e Paisandu

Regime e Forma de Governo: República Presidencialista

Moeda: Peso Uruguaio

Principais Parceiros Comerciais: Brasil, Estados Unidos, Argentina e Itália

PIB: US\$ 20 bilhões

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 08 - Principais indicadores macroeconômicos - Uruguai

US\$ milhões

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001	2002
I. Externos						
1. Balança comercial (a-b)	-705,0	-772,0	-896,0	-927,0	-776,0	60,0
a. Exportação (FOB)	2.793,0	2.829,0	2.291,0	2.384,0	2.139,0	1.933,0
b. Importação (FOB)	3.498,0	3.601,0	3.187,0	3.311,0	2.915,0	1.873,0
2. Saldo em conta corrente	-287,0	-476,0	-508,0	-566,0	-488,0	262,0
3. Reservas internacionais	1.556,0	2.073,0	2.081,0	2.479,0	3.097,0	769,0
II. Domésticos						
4. Produto Interno Bruto (PIB)						
a. Valor corrente em USD (*)	21.704,1	22.371,0	20.913,4	20.085,5	18.560,6	12.324,7
b. Crescimento real (%)	4,9	4,7	-2,8	-1,4	-3,4	-10,8
5. Inflação (preços ao consumidor) (%)	19,8	10,8	5,7	4,8	4,4	14,0

FONTES: FMI - International Financial Statistics e World Economic Outlook - Abril 2003

(*) PIB em US\$ = PIB em Moeda Local / Taxa média anual de câmbio

Nota: Modificações nos valores são função de revisões efetuadas pelo FMI.

Elaboração: Banco Central do Brasil

5.3 - A Questão Chile e Bolívia

A adesão de Chile e Bolívia foi formalizada em 25 de junho de 1996 na cidade de San Luís (Argentina), reunindo os então presidentes Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Carlos Menem (Argentina), Júlio Santinetti (Uruguai), Juan Carlos Wasmosy (Paraguai), Eduardfo Frei (Chile) e Gonzalo Sanches de Lozada (Bolívia).

Chile é um parceiro não membro do Mercosul e a Bolívia é um parceiro a um passo da integração. O Chile já tem contatos e relações econômicas principalmente com o México (País integrante do NAFTA) e tenta contato com os Tigres Asiáticos. Já a Bolívia faz parte dos Países do Pacto Andino. E nesse caso é uma situação mais delicada para tornar-se parceira do Mercosul, pois uma das condições do Pacto Andino seria que nenhum país integrante poderia fazer parte de qualquer outro grupo comercial.

5.4 - Sistemas cambiais

Argentina:

A moeda argentina denomina-se Peso. Desde 11.02.2002, a taxa de câmbio do peso argentino flutua livremente, embora intervenções freqüentes da autoridade monetária possam ocorrer. Entre abril e dezembro de 2001, o valor do peso argentino estava atrelado ao dólar norte-americano, que referenciava a taxa de compra e venda de outras moedas. Em 6.12.2001, foram introduzidos restrições cambiais e controles de capital, culminando com o fim do *currency board agreement*.

Brasil:

A moeda brasileira é denominada Real. O sistema cambial brasileiro é do tipo flutuante, desde 1.2.1999, com o Banco Central do Brasil (BCB) intervindo apenas ocasionalmente. As transações no mercado de câmbio são efetuadas por bancos, corretoras e agências de turismo autorizadas pelo BCB, sendo que as duas últimas apenas operam com papel-moeda e cheques de viagem. Aos bancos é permitido operar no mercado futuro de câmbio, mas dentro de limites fixados pelo BCB. Estas operações devem ser liquidadas em até 360 dias.

Paraguai:

A moeda paraguaia é o Guarani, sendo o seu sistema cambial classificado como de flutuação administrada. As autoridades têm conduzido a política de taxa de câmbio no sentido de manter o valor da moeda nacional aproximadamente inalterado em termos reais efetivos. Os bancos comerciais podem atuar livremente tanto no mercado futuro quanto no mercado a termo com relação a transações comerciais.

Uruguai:

A moeda do Uruguai é o Peso. O sistema cambial vigente, desde 20.06.2002, é o de taxa flutuante, que responde às pressões de oferta e demanda, tendo sido abandonado o sistema anterior, que situava a taxa num intervalo de 3% entre sua cotação mínima e máxima. Todavia, o Banco Central do Uruguai (BCU) reserva-se o direito de realizar intervenções periodicamente, comprando ou vendendo moeda estrangeira, para assegurar a estabilidade do mercado. Não

existem normas para cobertura futura contra risco cambial. A compra de divisas pelas instituições do setor público está sujeita a uma taxa de 2%, exceto para aquelas feitas pelo BCU e pelos bancos oficiais.

Classificação do regime cambial;

a) Argentina:

Flutuação administrada.

b) Brasil:

Flutuação independente.

c) Paraguai:

Flutuação administrada.

d) Uruguai:

Flutuação independente.

5.5 - O Mercosul

Durante décadas, boa parte do crescimento da maioria dos países da América Latina teve uma influência do modelo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, e tinha como base a substituição das importações, com a ajuda de um Estado Centralizador e indutor do processo de industrialização e de produção. Mas no início da década de 80, em meio aos problemas da dívida externa e do impacto crescente da globalização dos mercados, além da importância de novas tecnologias, este modelo desmoronou-se.

O processo de redemocratização de vários países do continente, fez com que antigas rivalidades não existissem mais ou quase todas, levando várias nações como a Argentina e o Brasil a defender literalmente a integração da América do Sul, levando-se em conta a proximidade geográfica e as afinidades culturais.

É importante citar que na América Latina, esta integração intra-regional acelerou-se e foi acompanhada por uma abertura e liberalização comercial diante das demais regiões do mundo.

Outro fato importante desta década é que a América Latina recebeu grande parte dos investimentos estrangeiros realizados em países em desenvolvimento: 80% em 1990 que totalizaram em 1991, trinta e seis bilhões de dólares. Depositando uma confiabilidade do sistema financeiro internacional na região.

Os blocos regionais de comércio tornaram-se verdadeira moda ou, talvez, uma epidemia econômica nestes tempos de reestruturação econômica.

Um dos objetivos principais da consolidação desses blocos é substituir a concorrência entre nações pela concorrência entre regiões, mas há toda uma estratégia de defesa para a formação de outros blocos de mercado, garantindo a sobrevivência dos que já existem.

O que se pode observar nos últimos anos foram profundas transformações que ocorreram e que estão ocorrendo pelo mundo, com isso há um avanço em todos os mecanismos de integração já conhecidos.

A evolução do Mercosul tem demonstrado maturidade no seu processo de integração, começando o processo pelos países geograficamente mais próximos, para expandir-se com a adesão de outros países, na medida que seus objetivos vão se consolidando. Às vésperas da constituição do Mercosul, em 1990, o fluxo comercial do Brasil no mercado intra-regional respondia por apenas 7% do intercâmbio total. De 1990 a 1999 este índice duplicou, alcançando 14% do total exportado mostrando assim o sucesso da integração das quatro economias. O Mercosul acompanha a nova tendência do mundo moderno, que é a união de várias nações em grupos ou blocos. Com associações de várias economias é viável, hoje, obter-se tecnologias mais avançadas por um preço mais reduzido. Desta forma, a cooperação entre os países viabiliza o processo de barateamento dos custos da produção de equipamentos cada vez mais modernos. Também desta forma, a união dos empresários pode resultar em produtos mais baratos e competitivos internacionalmente.

O Mercosul conta com uma série de regimes institucionais para a consecução da União Aduaneira. Os principais regimes são:

Tarifa Externa Comum (TEC) e sua Lista de Exceções;

Regime de Adequação final à União Aduaneira;

Regime de Origem.

A Tarifa Externa Comum (TEC) é o instrumento adotado pelos países como estratégia de relacionamento com terceiros países. Esse mecanismo é utilizado para submeter o Mercosul à competitividade externa, evitando que a indústria de um país seja mais protegida que a de outros países. Foi criada também uma Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a qual define alíquotas para o comércio com países terceiros. Porém, por divergências de interesses econômicos ou setoriais, nem todos os produtos importados de terceiros países foram garantidos

imediatamente a aplicação da TEC, pois cada país membro fez sua lista de exceções contendo mercadorias com alíquotas maiores ou menores em relação a TEC. Fazem parte desta lista Bens de capital, de informática e de telecomunicações. Brasil, Argentina e Uruguai podem ter até 300 produtos perdurando até 2001 (prorrogado) e o Paraguai, pode ter até 399 produtos com termino em 2006.

No regime de adequação final à União Aduaneira, estão inclusos os produtos que cada país decidiu proteger da competição de produtos originários de países do MERCOSUL. O regime de Origem estabelece as características do certificado de origem, sua emissão, seu controle e suas sanções. É destinado a determinar quando um produto é considerado originário de um país membro. Os produtos de todos os países membros devem cumprir as exigências de não ter menos de 60% de insumos regionais. A partir de 2006 o regime de origem será totalmente excluído. Os bens de capital deverão cumprir a lista de exigências de 80% do valor local.

O período de 1991 a 1994, pode ser considerado como um período para firmar a visão de integração, que ficou marcado pela assinatura do Protocolo de Ouro Preto em 17 de dezembro de 1994, reconhecendo assim os avanços alcançados no período de transição (1991 a 1994). O Protocolo de Ouro Preto não modificou os objetivos do Tratado de Assunção mas apenas adaptou a estrutura institucional às mudanças ocorridas e que se faziam necessárias para o seu bom desenvolvimento.

A Estrutura Institucional do Mercosul é composta pelos seguintes órgãos:

Conselho do Mercado Comum – OMC, Órgão superior integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros de Economia (ou seus equivalentes) dos quatro países.

Grupo Mercado Comum – GMC, Órgão executivo do Mercosul, integrado por quatro membros titulares e quatro suplentes de cada país designado pelos respectivos governos.

Comissão de Comércio do Mercosul - Encarregado de assessorar o GMC para assegurar o funcionamento da Tarifa Externa Comum - TEC.

Comissão Parlamentar Conjunta – Órgão representativo dos parlamentares dos quatro países, composto por igual número de parlamentares de cada nação.

Foro Consultivo Econômico-Social – Órgão de representação dos setores econômicos e sociais de cada país, manifesta-se mediante recomendação do GMC e é o único órgão do Mercosul através do qual a iniciativa privada pode fazer sugestões ou apresentar reivindicações.

Secretaria Administrativa do Mercosul – Órgão de apoio operativo, presta serviços aos demais órgãos e tem como sede a cidade de Montevidéu.

5.6 - Objetivos do Mercosul

De acordo com o site da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, (www.camara.gov.br), os objetivos são:

- Ampliar os mercados nacionais; aumentar a produção em larga escala, como também a eficiência e a competitividade;
- Aproveitar os recursos disponíveis da melhor forma;
- Fazer com que a região tenha uma presença significativa na economia internacional, mudando o perfil econômico e político da América do Sul.
- Ampliar as redes de transportes;
- Ampliar o sistema de suprimento de energia; e
- Permitir o livre trânsito de trabalhadores, de modo que eles possam trabalhar em qualquer país do Mercosul.

Busca uma integração mais competitiva das economias dos quatro países num mundo em que se consolidam grandes espaços econômicos e onde o progresso técnico se torna cada vez mais essencial para o êxito dos planos de investimento.

Igualmente, pretende favorecer as economias de escala, reforçando as possibilidades de cada um dos países-membros com o incremento da produtividade, bem como estimular os fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando mais atraente os investimentos na região.

De acordo com o Tratado de Assunção, com a constituição do Mercosul, os Estados-Partes desejam promover o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes, o que se pretende alcançar igualmente pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis.

5.7 - A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Inicialmente instalada em 6 de dezembro de 1991, em Montevidéu, República Oriental do Uruguai, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul encontra-se fundamentada

juridicamente no art. 24 do Tratado de Assunção que determinava: "Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Os Poderes Executivos dos Estados-Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado", e nos arts. 22 a 27 do Protocolo de Ouro Preto, firmado em 17 de dezembro de 1994.

O Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento, em seu artigo 8º, firmado entre Brasil e Argentina em 1988, já estava prevista a Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, sendo pois a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, sucessora desta. O art. 82 já caracterizava-lhe o caráter consultivo, atribuía-lhe competência de emitir recomendações aos executores do Tratado, determinava também a composição e mandato de seus membros.

A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados-Partes no âmbito do Mercosul. Compete-lhe, em obediência ao processo legislativo de cada Estado-Parte, incorporar ao Direito Positivo interno normas emanadas dos órgãos do Mercosul. Tem caráter consultivo e deliberativo, podendo ainda, formular propostas. Suas atribuições serão, dentre outras:

- Acompanhar o processo de integração e manter os Congressos Nacionais informados;
- Tomar as medidas necessárias à futura instalação do Parlamento do Mercosul;
- Constituir subcomissões para análise dos temas relacionados ao processo de integração;
- Emitir recomendações ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo Mercado Comum sobre a condução do processo de integração e a formação do Mercosul;
- Realizar os estudos necessários à harmonização das legislações dos Estados-Partes e submetê-los aos Congressos Nacionais;
- Estabelecer relações com entidades privadas de cada um dos Estados-Partes, e com entidades e organismos internacionais de modo a obter informações e assessoramento especializado nos assuntos de seu interesse;
- Estabelecer relações de cooperação com os Parlamentos de outros Estados e com entidades envolvidas com assuntos pertinentes à integração regional;
- Subscrever acordos de cooperação e assistência técnica com organismos públicos e/ou privados, de caráter nacional, supranacional e internacional; e
- Deliberar sobre seu orçamento e fazer gestões junto aos Estados-Partes para a obtenção de outros financiamentos.

A Comissão será composta por até 64 parlamentares, em efetivo exercício de seus mandatos, 16 por país, com igual número de suplentes, designados pelo Congresso Nacional do qual sejam membros, com um mandato de dois anos, no mínimo. Terão seus trabalhos coordenados por uma Mesa Diretiva, integrada de quatro Presidentes (um por país).

Ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, mediante convocação de seus quatro presidentes, a Comissão se reunirá. As reuniões devem realizar-se no território de cada um dos Estados-Partes, denominada Reunião Quadripartite de maneira sucessiva e alternada. Os documentos emitidos pela Comissão são:

Declaração - emitida pela Comissão quando de assuntos sensíveis e relevantes nos quatro países;

Recomendação - documento emitido pela Comissão em sua Reunião Quadripartite, recomenda ao Conselho do Mercado Comum, sobre determinado assunto de interesses dos quatro países, de natureza política sensível;

Disposição - documento emitido quando da realização da Reunião Quadripartite, para tratar, regulamentar ou formalizar assuntos internos da Comissão.

As decisões da Comissão serão tomadas por consenso, pela votação dos integrantes dos Parlamentos de cada Estado-Parte.

Ficou estabelecido que os idiomas oficiais da Comissão Parlamentar Conjunta são o português e o espanhol. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país que sediar cada reunião, competindo às Secretarias Administrativas do Mercosul, porém, elaborá-los em espanhol e português.

5.7.1 - Histórico

Instituída em 17 de dezembro de 1994, através do Protocolo de Ouro Preto em seus arts. de 22 a 27, teve o seu Regimento Interno aprovado pelo Congresso Nacional na forma do Decreto Legislativo nº 49, de 1995.

Através da Resolução nº 1, do Congresso Nacional de 1996, ficou inserido nos trabalhos do Parlamento Brasileiro a Representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

A Representação brasileira tem caráter de Comissão Mista obedecendo os Regimentos Internos das duas Casas, bem como o Regimento Comum.

5.7.2 - Atribuições

apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, sob forma de projetos de leis, mensagens presidenciais, mensagens ou acordos entre seus países-membros;

emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, retratando, assim, a evolução do Mercado Comum, conforme o disposto no art. 24 do Tratado de Assunção;

a) apresentar, à deliberação da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, proposições que devam, nos termos do disposto no art. 26 do Protocolo de Ouro Preto, constituir recomendações ao Conselho do Mercado Comum;

b) acompanhar junto aos órgãos do Poder Executivo todas as providências por eles adotadas e que possam, direta ou indiretamente, ser de interesse do Mercosul.

Criado em 26 de março de 1991, por meio do Tratado de Assunção, o Mercosul concluiu, em dezembro de 1994, o que se denominou de fase de transição rumo a uma união aduaneira. Nessa sua primeira fase, os países do bloco iniciaram negociações visando à coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes. Para este fim criaram-se subgrupos de trabalho, vinculados ao Grupo Mercado Comum, sobre os seguintes temas: assuntos comerciais, aduaneiros, política agrícola, industrial e tecnológica, fiscal e monetária, transportes, normas técnicas, política energética, coordenação de políticas macroeconômicas e relações trabalhistas, emprego e seguridade social.

Ao mesmo tempo, adotou-se um programa de liberalização comercial, que constitui na progressiva eliminação, de forma linear e automática, dos gravames e demais restrições aplicados ao seu comércio recíproco, com o intuito de se chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero sobre a totalidade do universo tarifário (art. 52 do Tratado de Assunção), constituindo-se assim uma área de livre comércio. Reconhecendo diferenças pontuais de ritmo para o Paraguai e o Uruguai, os países acordaram que para esses dois integrantes do bloco, o prazo de eliminação de gravames seria estendido até 31 de dezembro de 1995. Ao final deste período, os Estados-Partes estabeleceram uma lista de adequação para certos produtos que desejavam manter fora da área de livre comércio, e adotaram uma Tarifa Externa Comum (TEC) para produtos provenientes de terceiros países, configurando, assim, uma união aduaneira.

Entretanto, os países acordaram uma lista de exceções à TEC, da ordem de 300 produtos por país, para permitir a certos setores se adequarem à nova realidade. As tarifas de importação que incidem sobre esses produtos contam com um prazo de convergência até 2000, ou 2001 para Uruguai e Paraguai. Nesse contexto, um caso emblemático é o da informática. Trata-se de um setor altamente protegido no Brasil, ao contrário do que ocorre nos demais países do bloco. Estes países resistiram a abrir mão da possibilidade de continuarem operando com tarifa zero para bens de informática para adotar a tarifa brasileira, que na época era de 35% ou mais. Depois de difíceis negociações, ficou estabelecido que esse setor desfrutará de um prazo mais longo até 2006 - para a convergência das tarifas.

A partir de janeiro de 1995, o Mercosul, já na condição de união aduaneira, adotou uma agenda voltada para o seu aprofundamento e consolidação. A agenda incorpora ao processo negociador certos temas novos que constituem matéria de importância para as negociações futuras com outros agrupamentos regionais, as quais se estenderão ao longo de primeiras décadas do século XXI. Entre estes temas, constam a liberalização do comércio de serviços e a adoção de um instrumento comum em matéria de compras governamentais. Na Declaração Presidencial de São José dos Campos, emanada do encontro realizado naquela cidade paulista entre os presidentes Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, em 12 de fevereiro de 1999, os presidentes ressaltaram a importância da coordenação de políticas macroeconômicas, de modo a assegurar condições adequadas de concorrências entre os Estados-Parte e frente a terceiros países.

Recomendaram que no contexto das reuniões regulares dos ministros da Economia e presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, seus representantes intensifiquem o intercâmbio de informações e pontos de vista sobre os temas da agenda da consolidação e do aprofundamento da união aduaneira, assim como elaborem uma proposta conjunta para o acompanhamento regular da evolução da conjuntura econômica das quatro nações.

Ainda no que tange à agenda de consolidação e aprofundamento do Mercosul, a Declaração Presidencial ressalta a importância da promoção conjunta das exportações para o resto do mundo, a ser gradualmente implementada, a fim de que participem progressivamente, mediante ações conjuntas, todos os Estados-Partes. Destaca também a importância de que se revestem a coordenação em matéria de mecanismos de defesa comercial frente a terceiros mercados, assim como um mecanismo de consulta para procedimentos antidumping intrazona.

Há importantes questões pendentes no Mercosul, que deverão ser trabalhadas para que se proceda ao aprofundamento da união aduaneira. Entre elas, as chamadas perfurações à tarifa externa comum, que impõe limites à plena vigência da união aduaneira. Além das listas de produtos em exceção à TEC, mantidas por cada país, existem também os regimes especiais de importação, relacionados a determinados setores da estruturação produtiva, que os países desejam proteger.

Outra fragilidade é a dupla cobrança da TEC, ou seja, o bem, importado de um terceiro país, é tributado no momento de sua entrada na área econômica integrada, e depois paga novo imposto ao cruzar a fronteira para ingressar em outro país do bloco.

Dois temas carentes de definição e que também constituem perfurações à TEC são os regimes automotivo e açucareiro. Ambos estão sendo objeto de exaustivas negociações. O setor automotivo obedece, no momento, a um regime de transição, o qual expirou em 31 de dezembro de 1999, sendo prorrogado por mais seis meses pelos dois países. Outra questão que compõe a consolidação do Mercosul concerne à defesa do consumidor. Nesse contexto, as negociações têm enfrentado dificuldades, em face da assimetria nas legislações nacionais em vigor nos países. No entanto, as normas de defesa do consumidor revestem-se de extrema importância, uma vez que essa é a forma de induzir as indústrias a aprimorarem a sua produção com vistas a uma melhor inserção dos produtos do Mercosul no mercado internacional.

A crise financeira internacional que provocou a desvalorização do real, em janeiro de 2003, parecia apontar para uma rápida desagregação do bloco. Apesar disso, os encontros presidenciais que se seguiram reiteraram a convicção dos governos dos quatro países quanto à importância política e estratégica dessa aliança.

Com relação às suas relações internacionais, é necessário que o bloco resgate seu sentido estratégico, adotando posições claras e coordenadas frente à União Européia, Alca e OMC. Nas negociações União Européia/América do Sul/Caribe, o Mercosul precisa apresentar-se bem articulado para fazer frente face ao entrave da política agrícola comum européia, assim como também nas reuniões de negociações da Alca.

Com relação à sua agenda política, cabe lembrar a importante participação que tiveram os países-membros na solução democrática da recente crise paraguaia. Naquela ocasião, o Mercosul demonstrou ser um elemento essencial para o projeto democrático dos Estados-Partes. É importante lembrar a assinatura do Protocolo de Ushuaia e na República do Chile, pelo qual os

países do bloco reiteraram que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração, e que toda ruptura da ordem democrática dará lugar à aplicação de uma série de medidas que abarcarão desde a suspensão do direito de Estado afetado a participar das reuniões do Mercosul, até a suspensão dos direitos e obrigações emanados do processo de integração.

5.8 - O Brasil e o Mercosul

Tabela 09 - Tabela Comparativa do Mercosul

ÍNDICES	PAÍSES-MEMBROS				PAÍSES ASSOCIADOS	
	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	BOLÍVIA	CHILE
Principais exportações	cereais, alimentos, veículos automotores, petróleo, manufaturas de aço	Ferro, soja, suco de laranja, calçados, café, componentes de veículos automotores	algodão, soja, tanino, óleos vegetais, carne, café	manufaturas de madeiras e têxteis, carne e couro, arroz, peixes e ostras, produtos químicos	metais, gás natural, soja, jóias, madeiras	cobre, outros metais e minerais, produtos de madeira, peixes e frutos do mar, frutas
Principais importações	Veículos automotores, componentes, produtos químicos orgânicos, equipamentos, de telecomunicações, plásticos	petróleo, bens de capital, produtos químicos, alimentos, carvão	bens de capital, bens de consumo, alimentos, matérias-primas, combustíveis	máquinas e equipamentos, veículos, minerais, plásticos e petróleo	bens de capital, produtos químicos, petróleo, alimentos	bens de capital, matérias-primas, petróleo, alimentos
Principais parceiros comerciais	Brasil, EUA, Chile, Alemanha, Espanha, Holanda, França	EUA, Japão, Alemanha, China, Itália, Holanda e Espanha	EUA, Brasil, Argentina, China	Brasil, EUA, Argentina, Itália	EUA, Brasil, Japão, Argentina, Reino Unido	EUA, Japão, Reino Unido, Argentina, Brasil, Coreia do Sul, China e Alemanha
Exportações do Brasil (1999)	US\$ 5.363.954.061	-	US\$ 480.518.000	US\$ 669.633.551	US\$ 393 milhões	US\$ 968 milhões
Exportações para o Brasil (1999)	US\$ 5.812.388.711	-	US\$ 236.314.000	US\$ 646.710.541	US\$ 7 milhões	US\$ 688 milhões
Saldo Comercial (1999)	US\$ 448.434.650 (negativo)	-	US\$ 244.204.000	US\$ 22.923.010	US\$ 386 milhões	US\$ 280 milhões

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Editora Abril, INDEC-CELADE, Embaixada do Brasil em Buenos Aires, do Paraguai em Brasília, Secretaria do Mercosul, Banco Central do Chile, Instituto Nacional de Estadísticas, Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM. Elaboração: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Tabela 10 - Intercâmbio Comercial Brasileiro com o Mercosul

Ano	Exportação		Importação		Resultado
	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	Saldo
1984	1.321.640.695	4,89	673.897.202	4,85	647.743.493
1985	990.300.703	3,86	683.752.389	5,19	306.548.314
1986	1.170.297.989	5,24	1.188.110.583	8,46	-17.812.594
1987	1.387.545.123	5,29	888.021.724	5,9	499.523.399
1988	1.642.946.712	4,86	1.138.387.215	7,8	504.559.497
1989	1.379.717.221	4,01	2.191.679.110	12	-811.961.889
1990	1.320.244.279	4,2	2.311.826.777	11,19	-991.582.498
1991	2.309.352.601	7,3	2.242.704.519	10,66	66.648.082
1992	4.097.469.283	11,45	2.228.563.468	10,84	1.868.905.815
1993	5.386.909.641	13,97	3.378.254.340	13,38	2.008.655.301
1994	5.921.475.981	13,6	4.583.270.397	13,86	1.338.205.584
1995	6.153.768.222	13,23	6.843.923.909	13,7	-690.155.687
1996	7.305.281.948	15,3	8.301.547.326	15,56	-996.265.378
1997	9.045.110.950	17,07	9.426.133.443	15,78	-381.022.493
1998	8.878.233.843	17,36	9.416.203.081	16,3	-537.969.238
1999	6.777.871.670	14,12	6.719.417.521	13,63	58.454.149
2000	7.733.069.745	14,04	7.795.394.443	13,96	-62.324.698
2001	6.363.655.405	10,93	7.009.316.148	12,61	-645.660.743
2002	3.310.816.530	5,48	5.611.214.574	11,88	-2.300.398.044
2003	5.671.852.729	7,76	5.686.337.531	11,78	-14.484.802
Janeiro	286.757.886	5,97	506.214.699	13,87	-219.456.813
Fevereiro	328.865.701	6,58	488.188.654	12,56	-159.322.953
Março	368.599.949	7,04	455.436.003	12,3	-86.836.054
Abril	396.658.956	6,95	462.261.522	11,59	-65.602.566
Mai	453.041.167	7,11	479.442.039	12,44	-26.400.872
Junho	455.388.906	7,75	432.335.102	12,28	23.053.804
Julho	493.641.253	8,09	431.463.685	10,66	62.177.568
Agosto	488.952.697	7,64	422.258.226	11,32	66.694.471
Setembro	596.769.594	8,2	502.119.493	10,88	94.650.101
Outubro	637.310.102	8,42	541.250.072	10,76	96.060.030
Novembro	568.902.225	9,51	462.742.851	10,86	106.159.374
Dezembro	596.964.293	8,85	502.625.185	12,58	94.339.108
2004	2.454.825.846	9,43	1.917.981.841	10,71	536.844.005
Janeiro	534.531.783	9,22	452.794.529	10,74	81.737.254
Fevereiro	551.147.933	9,63	456.173.115	12,2	94.974.818
Março	759.442.058	9,58	558.115.613	10,48	201.326.445
Abril	609.704.072	9,25	450.898.584	9,73	158.805.488

Obs: (*)

PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil

IMPORTAÇÃO => Base ALICE - Abr/04, País de Origem. Dados definitivos até Dez/96. Dados preliminares para os meses seguintes.

EXPORTAÇÃO => Base ALICE - Abr/04, País de Destino Final.

Fonte: SECEX

No início do processo do Mercosul, houveram muitas críticas negativas, pois acreditava-se que o Mercosul não sobreviveria uma vez que o Paraguai e o Uruguai tinham perfis

econômicos muito diferentes e porque os parques industriais da Argentina eram pouco desenvolvidos e muito abertos às importações. Desta forma, os conflitos partiriam a partir da nacionalidade de cada um dos estados-membros, que também não dispunham de tecnologia e capital necessários.

O empresariado brasileiro criticou o governo por permitir que uma mesma mercadoria, de origem Argentina, entrasse no Brasil em condições mais favoráveis do que a Argentina oferecia para a mercadoria brasileira. Por outro lado a crítica mais positiva em relação ao Mercosul foi o comportamento do Mercado. Vale destacar que os dados de comércio exterior dos quatro países do bloco foi, em 1990 e 1997, conforme dados da FIESC:

- em 1990; US\$ 4 bilhões;
- em 1997; US\$ 20 bilhões;

O benefício que o Mercosul trouxe para o Brasil foi muito grande, como podemos verificar com informações do Banco Central do Brasil:

Tabela 11 - Balança comercial Brasileira para o Mercosul.

Ano	Exportações Brasileiras	Importações Brasileiras
1990	US\$ 1,320 Bilhões	US\$ 2,319 Bilhões
1995	US\$ 6,154 Bilhões	US\$ 6,933 Bilhões
1996	US\$ 7,305 Bilhões	US\$ 8,258 Bilhões
1997	US\$ 9,043 Bilhões	US\$ 9,722 Bilhões
1998	US\$ 8,877 Bilhões	US\$ 9,425 Bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: www.bc.gov.br
Elaboração própria

Após vários anos de crescimento ininterrupto e intercâmbio comercial entre os quatro sócios e o aumento da importância na participação dos mercados, entramos no final do ano de 1998 em uma contração econômica agravada pela desvalorização do Real. Como consequência, os produtos brasileiros ficaram mais competitivos no Mercosul, resultando em grandes problemas também para a economia Argentina, prejudicando suas exportações e estimulando a importação

de produtos brasileiros. O novo alinhamento da paridade cambial, resultado da política-econômica do Brasil, gerou a primeira crise de impacto no Mercosul.

No ano 2000 foi lançada uma nova política econômica conhecida como “Agenda do Relançamento”, com o objetivo de impulsionar o processo em todas as frentes. Alcançaram-se alguns progressos. Porém recentemente a situação econômica Argentina, tem provocado um grave retrocesso nas negociações do Bloco. Seu PIB recuou 4,5% no de 2001, atingindo 263,870 bilhões de pesos, conforme Gazeta Mercantil (24/03/2001).

Conforme divulgado no informativo da federação nacional da indústria CNI (2002, nº 4 p.9) o consumo privado caiu 5,8% e os investimentos brutos obtiveram uma redução de 15,9% em 2001. O governo Argentino previu, segundo dados da Gazeta Mercantil, que o PIB no ano de 2002 deveria cair 4,9 %. Porém, outros analistas estimavam uma possível queda de até 12%. Sem dúvida alguma, estamos frente à crise mais grave desde a criação do Mercosul.

As grandes turbulências sofridas pelo Mercosul em 2001, mais especificamente entre as negociações bilaterais Brasil-Argentina têm origens nos seguintes fatos: CNI (2002, nº 4 p.9).

- 1) Crise macroeconômica Argentina, com a crise financeira, fiscal e de confiança nas instituições;
- 2) Divergências das políticas cambial e comercial entre Brasil e Argentina;
- 3) Ampliação do contencioso comercial bilateral;
- 4) Paralisação da agenda interna do Mercosul;
- 5) Manutenção da coesão dos parceiros nas negociações externas;
- 6) Risco de retrocesso da união aduaneira e de abandono do projeto de integração, como consequência da possibilidade de opção Argentina pela completa “perfuração da TEC e pela dolarização da economia respectivamente”;
- 7) Queda do governo justicialista argentino e mudança do modelo econômico com adoção do câmbio livre;
- 8) Queda do intercâmbio comercial Brasil-Argentina, com impactos diferenciados pôr setor para o Brasil;

- 9) Retomada do diálogo institucional entre o governo do Brasil e o novo governo da Argentina; e
- 10) Diplomacia presidencial brasileira junto à comunidade financeira internacional para apoio à Argentina.

Acredita-se que tanto no campo negocial quanto no campo comercial, o ano de 2004 deverá ter uma retomada positiva e otimista nos entendimentos como a questão da coordenação de políticas e recuperação nos fluxos de comércio, porém ainda com reflexos da crise macroeconômica Argentina dependendo da sua estabilização. O Brasil deverá tomar a frente e assumir a liderança no processo de recuperação estratégica do bloco adotando postura ativa e reformulando as propostas para avançar no projeto de integração sub-regional, que dependerá tão somente de uma combinação de realismo e determinação dos sócios sobre a importância do Bloco, para suas estratégias de desenvolvimento.

Tabela 12 - Intercâmbio Comercial Brasileiro com os Países do Mercosul - Em US\$ Milhões Fob

	2000			2001			2002		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Argentina	6.233	6.843	-610	5.002	6.206	-1.204	2.342	4.747	-2.405
Paraguai	832	351	481	702	300	402	558	383	175
Uruguai	669	602	67	641	503	138	410	485	-75
Bolívia	364	140	224	333	256	77	421	360	61
Chile	1.246	975	271	1.352	862	490	1.461	654	807
Total	9.344	8.911	433	8.048	8.127	-79	5.192	6.629	-1.437

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Percebe-se através da tabela 12, que o Mercosul possui uma importância significativa para o comércio externo do Brasil.

Tabela 13 - Participação Comercial - Brasil/Mercosul - Porcentagem

Anos	Participação				
	Argentina	Paraguai	Uruguai	Bolívia	Chile
	Exp / Imp	Exp / Imp	Exp / Imp	Exp / Imp	Exp / Imp
(%) 2000	67 / 77	09 / 04	07 / 07	04 / 01	13 / 11
(%) 2001	62 / 76	09 / 04	08 / 06	04 / 03	17 / 11
(%) 2002	45 / 72	11 / 06	08 / 07	08 / 05	28 / 10

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 14 - Total: Intercâmbio Comercial Brasil - Mercosul - Em US\$ Milhões Fob

Total	Exp	Imp	Saldo
2000	9.344	8.911	433
2001	8.048	8.127	-79
2002	5.192	6.629	-1.437

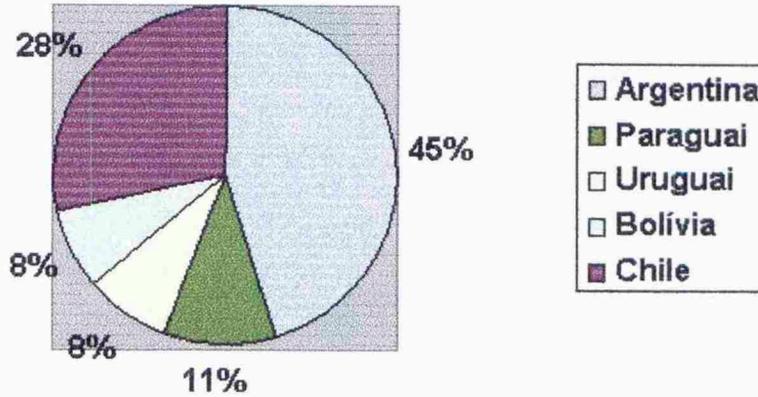
Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

Tabela 15 - Participação (%) do Mercosul na Balança Comercial Brasileira:

	2000		2001		2002	
	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp
Argentina	11,31	12,25	8,59	11,17	3,57	8,81
Paraguai	1,51	0,63	1,24	0,54	0,85	0,71
Uruguai	1,21	1,08	1,10	0,90	0,63	0,90
Bolívia	0,66	0,25	0,57	0,46	0,62	0,67
Chile	2,26	1,75	2,32	1,55	2,23	1,21
Total	16,95	15,96	13,82	14,62	7,92	12,31

Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

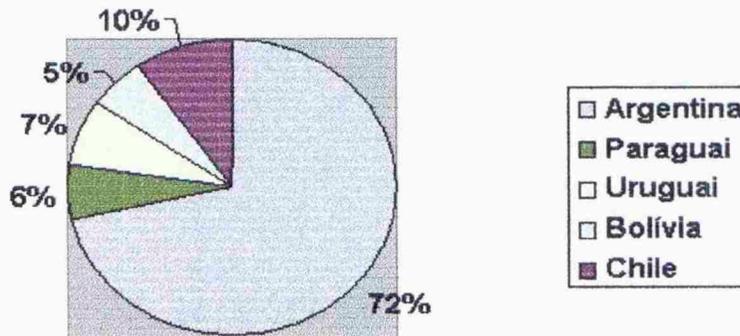
Figura 07 - Participação (%) do Mercosul na Balança Comercial Brasileira (Exportações em 2002)



Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

A Argentina é a principal parceira do Brasil no Mercosul, obviamente pelo tamanho da sua economia que é bem maior que os demais países integrantes.

Figura 08 - Participação (%) do Mercosul na Balança Comercial Brasileira (Importações em 2002)



Fonte: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br

VI – O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MERCOSUL

6.1 – Um Breve Histórico da Economia Catarinense

O Estado de Santa Catarina, até a metade do século XIX, era praticamente inexpressivo no cenário brasileiro. Sua população era reduzida e a economia era predominantemente de subsistência. Essa situação começou a mudar a partir dos anos 50, com o início da colonização por imigrantes de origem européia. Em 1870, já com o dobro da população e o desenvolvimento do artesanato, surgiram as primeiras casas comerciais. Os imigrantes tinham qualificação profissional, alguns artesões e outros profissionais liberais, que possuíam capital, fizeram surgir os primeiros sinais de um parque industrial. Ao final do século XIX, Santa Catarina viveu seu primeiro ciclo de acúmulo de capital produzindo erva mate. O produto era abundante no Planalto Catarinense. Na segunda metade do século XIX, foi expandindo para os países do Cone Sul, sendo escoada a produção através do Porto de São Francisco, e atraindo empresários do Paraná. Em pouco tempo, Joinville transformou-se em um centro de processamento de erva mate. O primeiro grande empreendimento empresarial de Joinville que surgiu deste ciclo foi a criação, em 1901, da Companhia Industrial Catharinense. Paralelamente, em Blumenau, surgiram os primeiros empreendimentos industriais através dos irmãos Hermann e Bruno Hering, pioneiros nas fábricas de tecidos, formando a Trikotwren Fabrik Gebrueder Hering. Depois, Carl Gottlieb Döllner fabricou um tear de madeira, passando também a produzir tecidos.

Em Joinville, os empreendimentos se reproduziram tanto no setor industrial como no de comércio consolidando a economia catarinense e ganhando o mundo no século XX. A partir de então começaram a surgir as primeiras Associações Comerciais e Industriais, em Blumenau (ACIB), Joinville (ACIJ) e em Florianópolis (ACIF).

No início do século XX, a economia catarinense tinha sua base na agricultura. Porém começava a despontar no cenário nacional suas indústrias, ocupando o 11º lugar entre as unidades da Federação, com um total de 173 estabelecimentos fabris. Obras de infra-estrutura, como portos e estradas começaram a melhorar e contribuir para o rápido crescimento do estado. Em 1907, foi implantada a primeira hidroelétrica no estado e em 1910, concluída a ferrovia São Paulo-Rio Grande, contribuindo para o escoamento da nascente indústria madeireira.

O período de 1915 a 1945 foi marcado por dois grandes conflitos mundiais que influenciaram diretamente na economia catarinense. Com a substituição das importações,

surgiram milhares de pequenas e médias empresas, muitas delas se transformando em grandes grupos empresariais. No período de 1920 a 1940, estima-se que ingressaram no estado mais de 76 mil pessoas vindas do Rio Grande do Sul, mais exclusivamente para a região oeste, onde formou-se o núcleo de um complexo econômico baseado no comércio de produtos de origem agropecuária.

Na região sul do estado, a mineração de carvão ganhou impulso com a redução das importações de combustível durante a Primeira Guerra Mundial. Blumenau e Joinville se consolidaram como pólos industriais, mais especificamente nos setores têxteis e metal-mecânico. Florianópolis, o principal centro comercial e político.

A população do estado aumentou de 1,2 milhões em 1940, para 1,5 milhões de habitantes em 1950, concentrando-se principalmente no meio rural.

O crescimento da economia exigia das classes produtoras uma maior união e participação de todos os segmentos, sendo isto fundamental para a continuidade do desenvolvimento nas décadas seguintes. No dia 10 de agosto de 1948, o Sindicato de Comércio Atacadista, Comércio Varejista e dos representantes comerciais formaram a Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio), em conjunto com o SENAC e o SESC. Em 25 de maio de 1950, em Florianópolis, foi criada a Federação das Indústrias (FIESC).

Nos anos 60, importantes obras de infra-estrutura nas áreas de transporte, educação e saúde foram implementadas, assim como a criação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), com o objetivo de sanar o problema de falta de energia, insumo essencial para atividade industrial. Em 1962, foi criada uma instituição financeira oficial voltada para o desenvolvimento socioeconômico, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BESC). Em 1970, o perfil da economia catarinense se modificou intensamente: dos 32,3% da população que vivia em zonas urbanas, este percentual sobe para 59,4% em 1980, como resultado da expansão da produção industrial e do comércio, e da queda na atividade primária. Gradativamente, Santa Catarina foi deixando de ser um estado agrícola e extrativista para ocupar uma posição histórica no setor industrial.

A diversificação da produção, assim como a preocupação em relação às condições estruturais para melhorar a infra-estrutura e as constantes atualizações tecnológicas, tem contribuído decisivamente para a expansão do estado. Em 1975, Santa Catarina continuou no seu ritmo de desenvolvimento, apesar da crise mundial do petróleo ocorrida em 1973. As exportações

quintuplicaram em valor no período. Entre 1970 e 1975, alguns setores caíram, foi o caso das madeireiras. Porém outros setores se destacaram com suas vendas para o mercado externo, como exemplo o têxtil e o de confecções, derivados de soja e de produtos alimentares.

[...] foi registrado nesta década o grande salto das exportações catarinenses, com a abertura de novos mercados e comercialização de produtos com alto índice de competitividade e qualidade. As vendas externas do Estado passaram de US\$ 213 milhões em 1975, para US\$ 858 milhões em 1980, elevando a participação de Santa Catarina para 4,3% das exportações brasileiras, (Revista Facisc, 2000, p.23).

O início da década de 80 foi marcado por uma recessão, interrompendo a longa trajetória de crescimento da economia catarinense, em 1986 houve crescimento do mercado interno, devido à estabilização da economia, fruto do plano Cruzado. Neste período as exportações tiveram uma redução, voltando novamente a crescer no começo da década de 90. Apesar da crise que o povo brasileiro estava enfrentando. Uma crise, tanto institucional quanto financeira. O impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello e o fracasso de sua política antiinflacionária que havia confiscado os recursos dos brasileiros, fez com que a crise tomasse proporções ainda maiores. Muitas das pequenas e médias empresas tiveram suas portas fechadas.

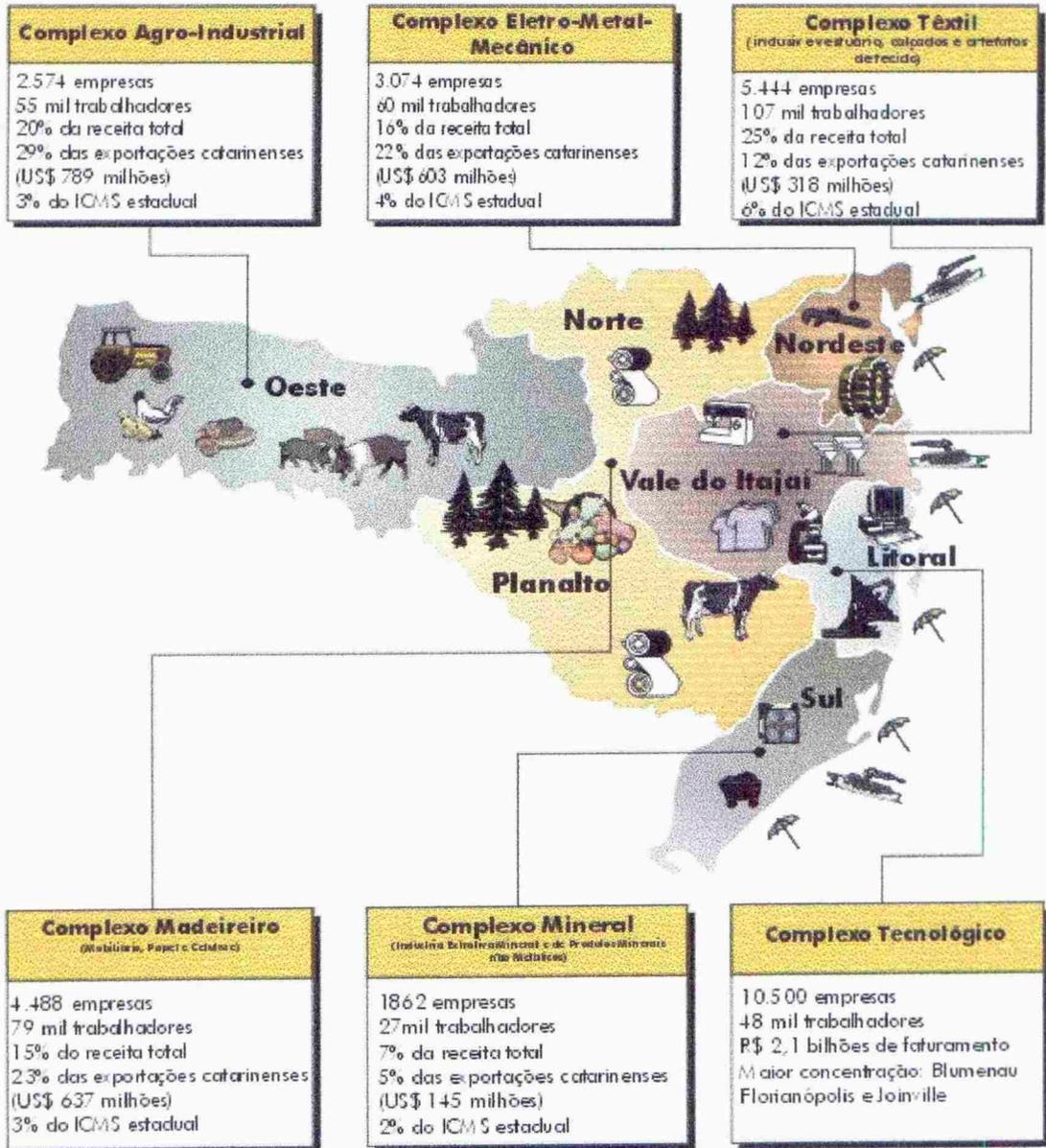
Em 1991, com o início do processo de integração do Mercosul, os postos de trabalho ficaram estagnados, enquanto a população aumentava de 3,6 para 4,4 milhões entre 1980 e 1990. A saída neste período foi desenvolver a atividade turística, como fonte de geração de riqueza para o Estado.

6.2 – O Setor Industrial de Santa Catarina

Entre os setores de destaque encontramos diversos pólos: cerâmico e mineral no sul, alimentar no oeste, têxtil e cristal no Vale do Itajaí, metal-mecânico no norte, madeireiro no Planalto e tecnológico em Florianópolis, capital do estado, como se pode visualizar na figura a seguir:

Figura 09 - Complexos industriais do Estado de Santa Catarina.

COMPLEXOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



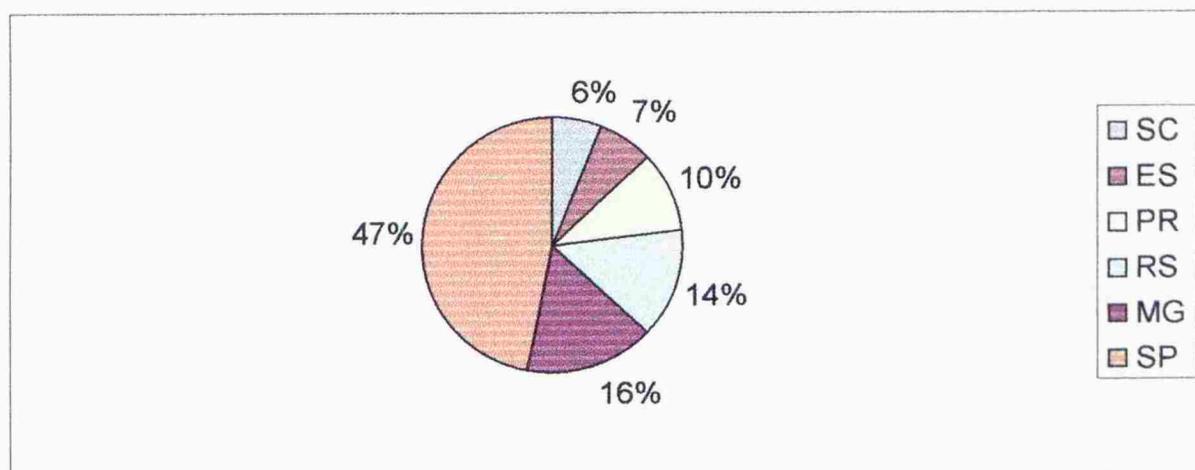
Fonte: Diretoria de Desenvolvimento - FIESC, 2000.

IMPORTANTE: Embora tenha sido especificado a região de maior concentração os dados referem-se ao total do estado.

6.3 - Santa Catarina e o Comércio Internacional

O comércio internacional catarinense, em relação ao Brasil, apresenta uma participação bastante significativa. As exportações catarinenses concentram-se em poucos produtos. Os cinco principais representam 33% do total exportado, sendo que somente os motores e compressores representam 10% do volume total, conforme dados da Fiesc (2000). O estado possui uma economia exportadora descentralizada ao longo de seu território com um grande parque industrial desenvolvido. Suas exportações em 2000 foram superadas apenas pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e ES. como pode-se visualizar no gráfico abaixo:

Figura 10 - Participação dos estados exportadores no total exportado pelo Brasil em 2000



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

No início da década de 80, a trajetória de crescimento teve uma estagnação originada pelo impacto das crises internacionais. Porém esta crise foi superada em 1984, voltando a declinar em 1986, com a estabilização da economia, resultado do plano Cruzado. Somente em 1992, juntamente com o início do processo de integração do Mercosul, as exportações voltaram a crescer. No ano de 1995, houve a estabilização, com câmbio desvalorizado, reflexos do plano Real. Em 1997 foi retomado o crescimento, iniciando um declínio novamente em 1998 e 1999, devido as crises Asiáticas e a recessão na América Latina, voltando a crescer em 2000 e 2001. A queda nas exportações catarinenses não foram tão acentuadas quanto as quedas brasileiras,

mostrando assim que as exportações no estado têm uma posição privilegiada, elevando sua balança comercial a superávits constantes, conforme mostram a tabela e gráfico abaixo relacionando.

Tabela 16 - Balança Comercial Catarinense (US\$ mil FOB) 1991 – 2001

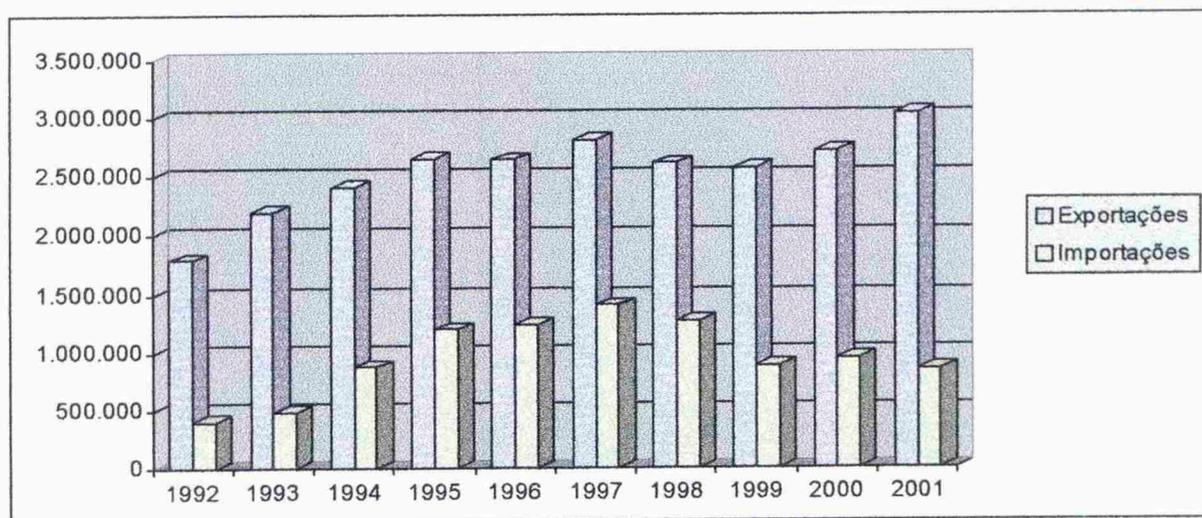
A N O	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1991	1.509.784	368.104	1.141.680
1992	1.789.864	408.927	1.380.937
1993	2.198.136	491.469	1.706.667
1994	2.404.689	877.909	1.526.780
1995	2.652.025	1.198.541	1.453.484
1996	2.637.308	1.249.005	1.388.303
1997	2.805.719	1.407.228	1.398.491
1998	2.605.306	1.270.310	1.334.996
1999	2.567.364	882.189	1.685.175
2000	2.711.703	956.734	1.754.969
2001	3.028.399	860.417	2.167.982

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio-MDIC – SECEX – Sistema Alice.

Elaboração: Fiesc

Nota-se claramente uma evolução das exportações do Estado de Santa Catarina no comércio internacional, no ano de 2000 para 2001 ocorre um salto na balança comercial do estado, mostrando a importância cada vez maior perante os estados restantes do país.

Figura 11 - Balança comercial catarinense



Fonte Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice.

Elaboração: Fiesc

Quanto à pauta de produtos exportados, os produtos industrializados têm maior participação, mostrando nitidamente o aumento da competitividade dos produtos catarinenses no mercado externo e proporcionando um aumento significativo de renda ao longo de sua história. O produto mais vendido ao exterior em 2000, foi o frango em segundo lugar os motocompressores, em terceiro os móveis de madeira e em quarto os têxteis. Em 2001 estas posições permaneceram inalteradas variando apenas o seu volume a quantidade US\$/FOB, como demonstram os números na tabela abaixo.

Tabela 17 - Os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina de Janeiro a Dezembro de 2001

PRODUTOS	JAN-DEZ/2001 (A) US\$/F.O.B.	JAN-DEZ/2000 (B) US\$/F.O.B.	% (A/B)
Frango (carnes, pedaços e miudezas)	539.181.435	356.230.611	51,36
Motocompressor	246.596.817	268.216.152	-8,06
Móveis de madeira	188.138.796	191.402.305	-1,71
Roupas de toucador/cozinha	131.218.310	141.191.579	-7,06
Carnes de suíno*	113.696.915	72.404.975	57,03
Ladrilhos, cerâmica, vidrados, esmaltados	109.363.605	112.773.735	-3,02
Motores e geradores elétricos	108.744.912	102.123.958	6,48
Madeira de coníferas	97.107.771	82.521.147	17,68
Papel/cartão Kraftliner	83.220.312	79.809.544	4,27
Portas, respect.caixilhos, alizares e soleiras	69.218.009	64.700.481	6,98

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MIC - SECEX - Sistema alice

Elaboração: Fiesc

* Somando-se a este item, carcaças e meias carcaças (suínos inteiros sem vísceras), que totalizaram até dezembro de 2001 US\$ 98.862.245, as exportações de suínos passam para 3º lugar em nossa pauta.

Em relação aos países de destino das exportações, verificamos que os Estados Unidos compõem o principal mercado das exportações catarinenses, seguido da Argentina e da Alemanha. A Rússia por exemplo, em 2000 não aparecia entre os vinte principais importadores de produtos do Estado, em 2001 representa o quarto mercado importador de produtos catarinenses. Desta forma constata-se que o estado vem alcançado novos mercados, além de garantir aqueles, já conquistados.

Tabela 18 - Os 10 principais países de destino das exportações catarinenses de janeiro a dezembro de 2001

PAÍSES	JAN-DEZ/2001 (A) US\$/F.O.B.	JAN-DEZ/2000 (B) US\$/F.O.B.	% (A/B)
Estados Unidos	713.940.299	686.965.392	3,93
Argentina	251.582.747	294.482.938	-14,57
Alemanha	220.410.737	206.498.624	6,74
Rússia	194.907.413	39.108.099	398,38
Reino Unido	173.474.139	142.827.865	21,46
Países Baixos	117.384.714	97.782.072	20,05
Japão	116.932.546	98.604.507	18,59
Arábia Saudita	94.972.590	58.559.864	62,18
França	83.271.106	79.820.469	4,32
Chile	73.870.644	90.824.095	-18,67

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema alic
Elaboração: Fiesc

Quanto às importações catarinenses, dos produtos mais importados pelo estado em 2001, podemos destacar, conforme dados da Fiesc, o trigo e farinha grãos de soja, algodão, e fios texturizados, os detalhes são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 19 - Os 10 produtos mais importados por Santa Catarina de janeiro a dezembro de 2001

PRODUTOS	JAN-DEZ/2001 (A) (US\$ FOB)	JAN-DEZ/2000(B) (US\$ FOB)	% (A/B)
Trigo e misturas de trigo	45.725.385	38.963.857	17,35
Farinhas e "pellets", da soja	34.575.438	1.199.296	2.782,98
Grãos de soja mesmo triturados	30.188.096	13.833.990	118,22
Fio texturizado de poliésteres	18.501.106	17.094.684	8,23
Algodão	17.469.256	47.904.759	-63,53
Quadros, etc.com apars.interruptor.circuito elétrico	15.315.299	32.570	-
Sardinhas, sardinelas	10.466.256	9.832.889	6,44
Ureia	8.444.294	6.496.809	29,98
Iodo	8.367.289	7.198.706	16,23
Lâminas de ferro/aço	7.673.415	0	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema alic
Elaboração: Fiesc

Verifica-se que os parceiros comerciais de Santa Catarina, em relação as importações e exportações são muito semelhantes. Em 2000 a Argentina foi o país com o qual Santa Catarina manteve uma relação comercial mais intensa, quanto suas importações. Em segundo os Estados

Unidos e em terceiro a Alemanha. Em 2001, estas posições se inverteram, Alemanha em primeiro, Estado Unidos em segundo e a Argentina em terceiro. Esta última com um volume US\$/FOB bastante inferior ao ano de 2000, conforme dados da tabela 06.

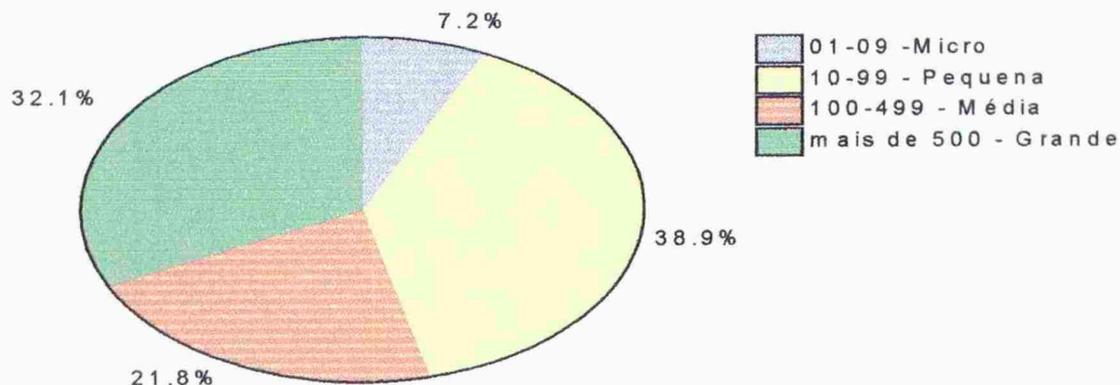
Tabela 20 - Os 10 principais países de quem Santa Catarina importou de janeiro a dezembro 2001

PAÍSES	JAN-DEZ/2001 (A) (US\$ FOB)	JAN-DEZ/2000 (B) (US\$ FOB)	% (A/B)
Alemanha	117.223.501	81.833.570	43,25
Estados Unidos	116.315.622	137.491.009	-15,40
Argentina	115.391.547	160.804.428	-28,24
Paraguai	80.852.704	64.799.530	24,77
Itália	73.628.143	79.026.806	-6,83
Espanha	25.217.603	25.907.943	-2,66
Taiwan (Formosa)	23.098.375	29.137.266	-20,73
Chile	21.051.239	23.194.590	-9,24
China	20.345.305	15.965.522	27,43
França	19.551.342	41.896.903	-53,33

Fonte Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema alicé

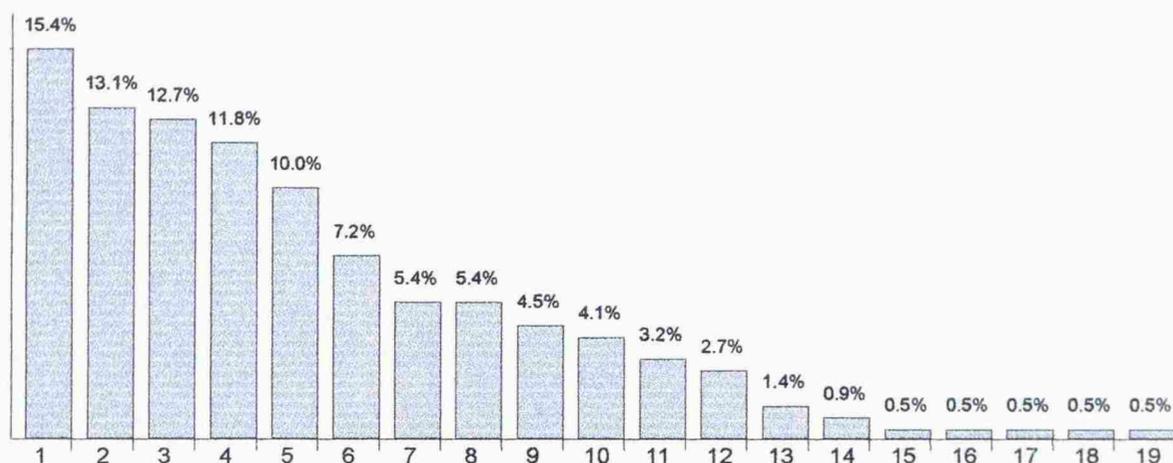
Elaboração: Fiesc

Figura 12 - Porte das Empresas Exportadoras em 2001.



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

Figura 13 - Ramos de Atividades da Exportação Em 2001



1- Madeira	11- Construção Civil
2- Metalúrgico	12- Mecânico
3- Têxtil	13- Papel e Papelão
4- Mobiliário	14- Borracha
5- Produtos Alimentares	15- Extração e Tratamento de Minerais
6- Minerais não-Metálicos	16- Couros, Peles e Produtos Similares
7- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	17- Material de Transporte
8- Diversos	18- Produtos Farmacêuticos e Veterinários
9- Plásticos	19- Bebidas
10- Material Elétrico e de Comunicação	

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

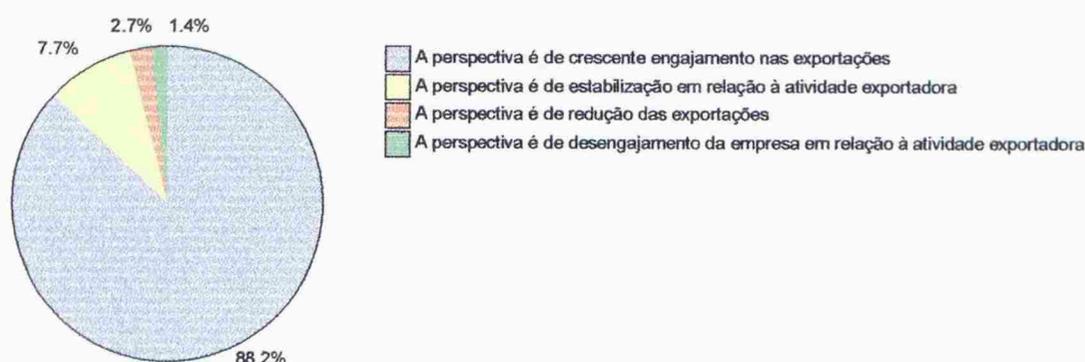
Figura 14 - Países de Destino das Exportações Catarinenses em 2000



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

Considerou-se, para definição do maior mercado importador, o número de empresas pesquisadas que citaram exportar para determinado país e a Argentina lidera o ranking seguida dos Estados Unidos. No diagnóstico do setor exportador de 1999 a Argentina e os EUA também foram indicados como principais destinos das exportações de Santa Catarina.

Figura 15 - Perspectivas Em Relação Às Exportações feitas no ano de 2001



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

Tabela 21 - Os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina de janeiro a março de 2004

PRODUTOS	JAN-MAR/2004 (A) US\$/F.O.B.	JAN-MAR/2003 (B) US\$/F.O.B.	% (A/B)
Frango (carnes e miudezas)	175.380.210	123.172.280	42,39
Móveis de madeira	79.713.088	60.783.071	31,14
Motocompressor	63.899.436	51.692.071	23,62
Suíno (carnes, carcaças e miudezas)	50.637.881	32.166.507	57,42
Roupas de toucador/cozinha, cama, banho	49.830.007	48.374.069	3,01
Motores e geradores elétricos	40.258.699	25.674.888	56,80
Ladrilhos, cerâmica, vidrados, esmaltados	37.113.380	32.981.208	12,53
Refrigeradores e congeladores	30.127.965	16.788.183	79,46
Blocos de cilindros, cabeçotes, p/ motores	29.247.218	26.137.352	11,90
Portas, caixilhos, alizares e soleiras	24.458.976	20.834.256	17,40

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

Tabela 22 - Os 10 principais países para quem Santa Catarina exportou de janeiro a março de 2004

PAÍSES	JAN-MAR/2004 (A) US\$/F.O.B.	JAN-MAR/2003 (B) US\$/F.O.B.	% (A/B)
Estados Unidos	264.774.303	226.269.647	17,02
Alemanha	59.816.988	53.861.221	11,06
Argentina	56.073.878	34.589.871	62,11
Japão	54.298.633	21.152.166	156,70
Países Baixos (Holanda)	54.115.191	37.908.604	42,75
Reino Unido	39.869.377	31.610.634	26,13
Rússia	36.996.208	27.558.989	34,24
França	31.332.383	28.701.735	9,17
México	27.352.367	17.344.261	57,70
Itália	24.636.855	20.324.184	21,22

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

As exportações catarinenses registraram aumento de 22,12% de fevereiro para março/2004, totalizando US\$ 393.356.243. Obtivemos uma participação de 4,96% nas exportações do Brasil, o que conferiu par o estado a 6ª posição no ranking nacional. As exportações brasileiras tiveram acréscimo de 38,54% neste mesmo período de comparação. Em relação a igual mês de 2003 houve forte crescimento nas exportações catarinenses, bem como nas brasileiras, conforme pode-se observar abaixo:

Tabela 23 – Exportações brasileiras e catarinenses em fevereiro e março de 2004 e março de 2003

EXPORTAÇÕES	MARÇO/2004 US\$ 1000 FOB (A)	FEVEREIRO/2004 US\$ 1000 FOB (B)	VARIAÇÃO % (A/B)
BRASIL	7.926.995	5.721.636	38,54
SANTA CATARINA	393.356	322.102	22,12

EXPORTAÇÕES	MARÇO/2004 US\$ 1000 FOB (A)	MARÇO/2003 US\$ 1000 FOB (B)	VARIAÇÃO % (A/B)
BRASIL	7.926.995	5.238.699	51,32
SANTA CATARINA	393.356	279.392	40,79

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

Tabela 24 – Exportações brasileiras e catarinenses de jan-mar/2004 e jan-mar/2003

EXPORTAÇÕES	JAN-MAR/04 US\$ 1000 FOB (A)	JAN-MAR/03 US\$ 1000 FOB (B)	VARIAÇÃO % (A/B)
BRASIL	19.448.276	15.045.084	29,27
SANTA CATARINA	989.596	750.193	31,91

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2004. Disponível em: www.fiesc.com.br

6.4 - Santa Catarina e o Mercosul

Santa Catarina no contexto do Mercosul e no contexto internacional ocupa uma área de 95.585 km², representando 1,3% da superfície do Brasil. O Estado de Santa Catarina esta relativamente isolado no sul do país, passou a ser o centro geográfico da integração regional do Mercosul, juntamente com Rio Grande do Sul e Paraná, ocupando uma posição privilegiada de centro geográfico da integração. Santa Catarina se destaca entre os principais estados exportadores do Brasil alcançando no período de janeiro a dezembro de 2001 o valor acumulado de US\$ 3.028.398.656, correspondendo a 5,70% nas exportações brasileiras (5ª posição em termos nacionais) um valor recorde para o estado, enquanto as exportações nacionais diminuíram 3,43% no mesmo período de comparação.

Em linhas gerais, os resultados de avaliações sobre o mercado exportador catarinense são tidas como positivas apesar de uma queda acentuada em relação as exportações para o Mercosul ocorridas em 1998 e 1999. A desvalorização da moeda brasileira em 1999 afetou as relações do Mercosul. A Argentina, sentiu os efeitos da desvalorização do Real porque seus produtos perderam a competitividade no mercado brasileiro. Os Argentinos, para se defenderem fizeram o processo inverso do Tratado do Mercosul, criando barreiras tarifárias para entrada de produtos brasileiros como foi o caso dos calçados, têxtil e o caso dos frangos, que foram sobre taxados atingindo diretamente as exportações catarinenses.

Atualmente, as negociações intra-bloco estão cada vez mais difíceis, devido às crises econômicas que vem prejudicando os dois principais países integrantes do Mercosul, Brasil e Argentina.

As condições de vendas e os custos de produção são os principais fatores que dificultam o acesso ao mercado do Mercosul, bem como a outros mercados mais distantes e complexos como

o caso do NAFTA e da UE. A falta de canais de distribuição é uma dificuldade a se considerar. O principal meio de transporte utilizado nas transações comerciais com o Mercosul, é o transporte rodoviário, devido à proximidade geográfica entre os países membros. Porém o péssimo estado de conservação das estradas brasileiras elevam os custos, aumentam a burocracia e diminuem a pontualidade dos produtos comercializados.

Os impactos sobre as exportações e condições de concorrência no Mercosul são objetos de estudos constantes; a identificação e análise desses impactos são de fundamental importância para a tomada de decisões frente ao mundo globalizado, tanto para a iniciativa privada como para o governo, no sentido de implementar suas políticas. A seguir pode-se observar a balança comercial de Santa Catarina-Mercosul de acordo com a tabela e gráfico a seguir relacionados.

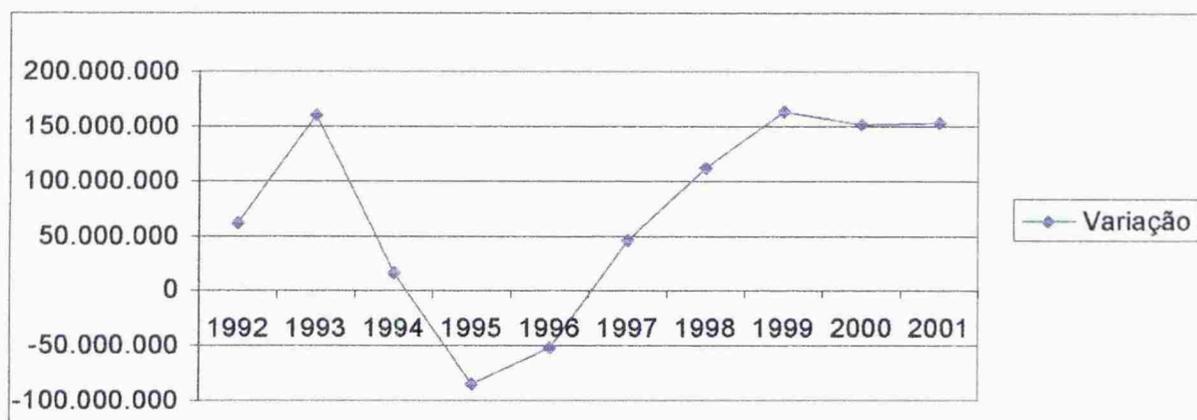
Tabela 25 - Balança Comercial Santa Catarina-Mercosul. 1992 a 2001

BALANÇA	ARGENTINA	PARAGUAI	URUGUAI	SALDO GERAL
COMERCIAL	US\$/F.O.B.	US\$/F.O.B.	US\$/F.O.B.	US\$/F.O.B.
Exportações 1992	125.725.937	39.779.353	26.502.254	192.007.544
Importações	69.977.453	57.480.397	2.843.129	130.300.979
Saldo	55.748.484	-17.701.044	23.659.125	61.706.565
Exportações 1993	180.941.264	64.101.263	45.413.310	290.455.837
Importações	71.616.851	52.956.946	5.757.106	130.330.903
Saldo	109.324.413	11.144.317	39.656.204	160.124.934
Exportações 1994	187.200.379	68.890.746	32.468.642	288.559.767
Importações	164.188.169	90.511.436	17.188.682	271.888.287
Saldo	23.012.210	-21.620.690	15.279.960	16.671.480
Exportações 1995	198.252.775	77.604.926	39.649.755	315.507.456
Importações	160.138.011	192.028.266	47.107.550	399.273.827
Saldo	38.114.764	-114.423.34	-7.457.795	-83.766.371
Exportações 1996	275.201.364	79.565.973	41.092.431	395.859.768
Importações	161.870.959	229.265.815	56.817.001	447.953.775
Saldo	113.330.405	-149.699.84	-15.724.570	-52.094.007
Exportações 1997	343.109.847	91.118.938	50.045.642	484.274.427
Importações	216.930.211	152.360.621	69.662.736	438.953.568
Saldo	126.179.636	-61.241.683	-19.617.094	45.320.859
Exportações 1998	309.636.932	83.272.146	55.741.001	448.650.079
Importações	190.356.334	63.053.641	83.018.336	336.428.311
Saldo	119.280.598	20.218.505	-27.277.335	112.221.768
Exportação 1999	266.864.682	59.277.220	49.698.582	375.840.484
Importação	106.429.625	65.296.986	40.257.864	211.984.475
Saldo	160.435.057	-6.019.766	9.440.718	163.856.009
Exportações 2000	294.482.938	64.759.171	57.860.223	417.102.332
Importações	160.804.428	64.799.530	39.326.419	264.930.377
Saldo	133.678.510	-40.359	18.533.804	152.171.955
Exportações 2001	251.582.747	53.790.251	60.613.522	365.986.520
Importações	115.391.547	80.852.704	16.248.970	212.493.221
Saldo	136.191.200	-27.062.453	44.364.552	153.493.299

Fonte Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX

Elaboração: Própria

Figura 16 - Variação anual da Balança comercial Santa Catarina- Mercosul 1992 a 2001



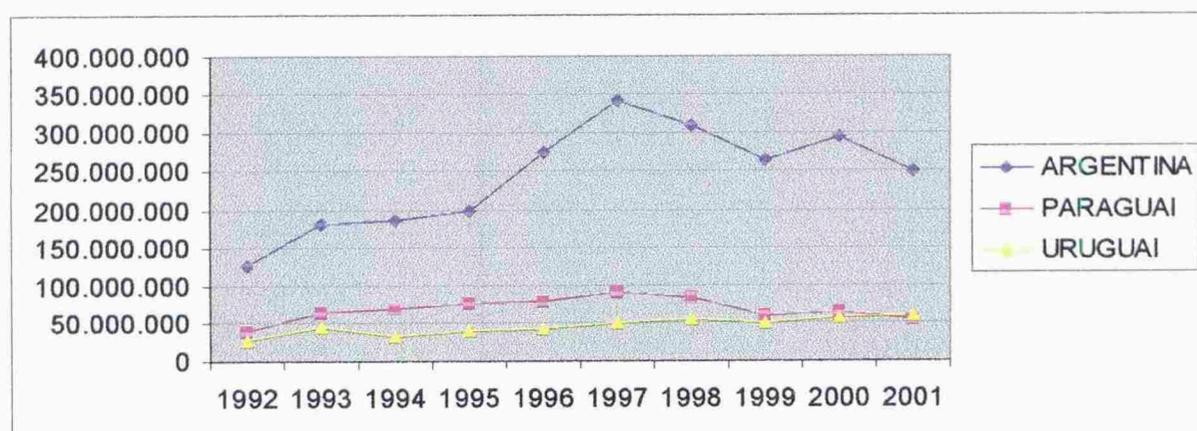
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice.
Elaboração: Própria

Verifica-se um saldo negativo na balança comercial no período de 1995 e 1996.

De acordo com os dados do SECEX, o comércio entre os parceiros do Mercosul cresceu em torno de 60% no período de 1992 a 1998, porém as importações de Santa Catarina provenientes do Mercosul aumentaram 106,57%. O comércio voltou a crescer gradativamente até 1999, ficando estagnado em 2000 e 2001.

No gráfico seguinte evidencia-se as variações do comércio exterior catarinense com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

Figura 17 -Variação anual das Exportações de Santa Catarina para o Mercosul de 1992 a 2001



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice

Na figura 17, observa-se a superioridade do comércio Catarinense com a Argentina em relação aos demais parceiros do Mercosul, Paraguai e Uruguai.

De uma maneira geral, serão apresentados a seguir os principais produtos catarinenses exportados para os países do Mercosul, principalmente em 2001.

Tabela 26 - Os 5 produtos mais exportados por Santa Catarina para a Argentina em 2001

PRODUTOS	JAN-DEZ/01 (A)	JAN-DEZ/00 (B)	% (A/B)
	US\$/F.O.B.	US\$/F.O.B.	
Papel, cartão Kraftliner	23.672.881	28.754.458	-17,67
Roupas de toucador/cozinha, de tec. atalhados	23.407.571	26.913.034	-13,03
Carnes de suínos congeladas	20.342.093	26.604.389	-23,54
Refrigeradores	10.363.567	9.752.001	6,27
Motores e Geradores elétricos	9.769.951	11.449.600	-14,67

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice.

Elaboração: Fiesc

Tabela 27 - Os 05 produtos mais exportados por Santa Catarina para o Uruguai

PRODUTOS	JAN-DEZ/01	JAN-DEZ/00	% (A/B)
	US\$/F.O.B.	US\$/F.O.B.	
Camisetas, camisas, sueteres, t-shirts de malha	6.073.291	4.397.170	38,12
Veículos automóveis para transportes	3.589.395	299.000	1100,47
Ladrilhos, cerâmica, vidrados, esmaltados	2.841.467	3.478.232	-18,31
Roupas de toucador/cozinha, de tec. atalhado	2.310.589	2.182.174	5,88
Carnes de suíno congeladas	2.088.028	2.181.465	-4,28

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice.

Elaboração: Fiesc

Tabela 28 - Os 5 produtos mais exportados por Santa Catarina para o Paraguai

PRODUTOS	JAN-DEZ/01 (B)	JAN-DEZ/00 (B)	% (A/B)
	US\$/F.O.B.	US\$/F.O.B.	
Ladrilhos, cerâmica, vidrados, esmaltados	4.574.867	5.742.859	-20,34
Refrigeradores	3.272.726	3.829.496	-14,54
Camisetas t-shirts e camisas de malha	2.984.458	3.055.980	-2,34
Papel higiênico	1.541.065	2.930.495	-47,41
Água	1.453.653	2.279.848	-36,24

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice.

Elaboração: Fiesc

De acordo com os dados apresentados nas tabelas anteriores, verifica-se que praticamente todos os cinco principais produtos catarinenses exportados para os países do Mercosul em 2001, sofreram uma queda significativa em seu volume total. Esta expressiva queda nas exportações, foi estimulada pela crise na Argentina, a pior sofrida pelo bloco até o momento, que trouxe também repercussões nas exportações do estado para os outros países parceiros, Paraguai e Uruguai.

Tabela 29 - Os 10 produtos mais exportados por Santa Catarina para o Mercosul em 2001

PRODUTOS	JAN-DEZ/01 (A) US\$/F.O.B.	JAN-DEZ/00 (B) US\$/F.O.B.	% (A/B)
Roupas de toucador/cozinha, de tec.atoalhado	26.703.727	30.096.014	-11,27
Papel cartão "Kraftliner"	25.804.186	31.390.109	-17,80
Carnes de suínos congeladas	22.432.181	28.797.454	-22,10
Ladrilhos, cerâmica, vidrados, esmaltados	17.154.152	20.709.932	-17,17
Refrigeradores	15.861.051	15.940.213	-0,50
Motores e geradores elétricos	11.188.648	12.839.960	-12,86
Camisetas T-Shirts, etc. de malha de algodão	9.382.687	7.847.509	19,56
Motocompressor hermético	9.322.945	12.203.669	-23,61
Carnes de galos/galinhas n/cortadas em pedaços	8.413.034	13.763.295	-38,87
Acessórios moldados p/ tubos de ferro fundido	7.655.875	4.568.495	67,58

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MIC – SECEX – Sistema Alice.

Elaboração: Fiesc

A tabela 29 mostra uma importante fonte de informações para o empresário que desejar voltar o seu empreendimento ao mercado exportador para o Mercosul.

VII – CONCLUSÃO

A integração à outros blocos econômicos, que não tenha exclusivamente países de economia frágil, como é o caso do Mercosul, é uma alternativa para que o Brasil não sofra com economias tão voláteis como a dos países integrantes deste bloco. Além de uma maior garantia na estabilidade das exportações, o Brasil estaria diversificando ainda mais o seu mercado de exportação. A Alca por exemplo, contribuirá a princípio para essa diversificação, poderá ou não ser positiva para o Brasil, mas este é um caso a ser estudado à parte.

O modelo exportador brasileiro é concentrado em um pequeno número de grandes empresas. Verifica-se que é necessário proporcionar mais estímulos financeiros e fiscais para incentivar as exportações das empresas, através de linhas de financiamentos mais atraentes, redução dos impostos e a formação de cooperativas de exportação. Assim as pequenas e médias empresas obterão resultados mais concretos em termos do volume exportado em uma base constante.

Verifica-se que o país ainda esta vivendo um período de transformações, do modelo protecionista para o modelo liberal, impulsionado pelo fenômeno da globalização. Apesar dos desequilíbrios recentes em sua balança comercial, tem obtido constantes avanços na liberação das fronteiras econômicas. Falta ao governo brasileiro eficiência para reduzir os obstáculos à concorrência e à competitividade.

Desta forma, o maior desafio para o Brasil, além de inserir-se e consolidar-se no mercado internacional, deverá ser de implementar políticas, ampliar e acelerar o processo de integração do Mercosul. Há também, a situação de enfraquecimento que o bloco enfrenta, gerando insegurança, apresentada pela falta de implementação de suas decisões, aliada a redução das transações comerciais entre seus membros. Estes fatores podem comprometer seriamente a continuidade dos planos de constituição de uma União Aduaneira perfeita, com rumos para o próximo estágio de integração, à criação de um Mercado Comum.

Os países membros precisam melhorar sua estruturação política, econômica e comercial para alcançar os objetivos traçados pelo Mercosul que são de extrema importância para o futuro bem estar do comércio exterior de todos os integrantes do bloco. Embora a crise da Argentina venha prejudicando as exportações para aquele país, e conseqüentemente afetando os demais países do bloco, a instituição precisa permanecer, é um processo sem volta, não existindo crise que possa reverter este processo.

Santa Catarina vem apresentando resultados positivos e se apresenta como um atrativo mercado para investimentos, sustentado por uma economia interna que cresce acima da média nacional, fatores produtivos favoráveis e uma população tipicamente empreendedora. Prova disto é o fato de ter transformado tão rapidamente empresas familiares em indústrias bem administradas e informatizadas. Verifica-se uma falta de informação quanto ao mercado externo em relação às pequenas e médias empresas que muitas vezes não ousam se aventurar neste mercado mesmo sendo capazes de tal em termos de qualidade. O receio fica por conta das variáveis do mercado externo que exige informações e conhecimento, hoje ainda um pouco distante das pequenas e médias empresas. Apesar das dificuldades, ainda permanece em uma posição privilegiada de 6º lugar no Ranking dos estados exportadores brasileiros, e vem contribuindo positivamente com sua balança superavitária. Vê-se nitidamente os resultados positivos em termos do comércio exterior, conforme pesquisa realizada e apresentada no desenvolvimento deste trabalho. A partir da integração do estado no Mercosul, as exportações catarinenses cresceram significativamente.

Ressalto, ainda, a importância estratégica e geo-política do Mercosul para o Brasil e para o Estado de Santa Catarina, fatores suficientes para estimular a continuidade do Bloco. Sobre essa ótica, a recuperação econômica da Argentina torna-se fundamental para o reaquecimento das exportações catarinenses para este mercado, bem como para o aprofundamento e fortalecimento do Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, Unesp, 1996

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Acesso em: www.bc.gov.br

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otavio; GONÇALVES, Reinaldo; PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A nova Economia Internacional – Uma perspectiva brasileira**. 8ª Tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BRAUDEL , Fernand - **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**- Editora Martins Fontes, São Paulo, 1996, 3 vols.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL. Acesso em: www.camara.gov.br

ELLSWORTH, Paul T., **Economia Internacional**. 2ª ed., editora Atlas, São Paulo, 1974.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). Acesso em: www.fiesc.com.br

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 313 p.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

JAGUARIBE, Helio. **Alternativas do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1989

KENNEN, Peter B. **Economia internacional: teoria política**. 3 ed. Rio de Janeiro: campus, 1998.

KRUGMAN, Paul. R. e OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional** – Teoria e Política – 5ª edição, São Paulo: Person Education do Brasil 2001.

LABATUT, Enio Neves. **Política de comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1994

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e o comércio exterior**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000. Só citação

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Acesso em: www.mre.gov.br

RATTI, Bruno. **O Comércio internacional e câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

REVISTA FACISC. Facisc 30 anos. Florianópolis: Expressão Sul, 2000.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a economia**. São Paulo: Atlas, 1991

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Nova Ordem Global**. Porto Alegre: UFRS, 2000. Disponível na Internet www.relnet.com.br